



ATA N. º 17/2026

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Nazaré, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, na Sala de reuniões da Fundação Casa-Museu Mário Botas, sob a presidência do Senhor Serafim António Louraço da Silva, e a presença dos Senhores Vereadores, Milton Hugo Mafra Estrelinha em substituição do Sr. Vereador João António Portugal Formiga, Luís Miguel Rodrigues Sousinha, João Paulo Quinzico da Graça, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte e Vanda Alexandra Duarte Santos. -----

A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Ana Paula de Sousa Veloso. -----

Pelas nove horas e trinta e quatro minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, e prestou ao Órgão Executivo Municipal esclarecimentos, com relevância autárquica. -----

A Senhora Vereadora Lúcia Loureiro, não esteve presente na reunião por se encontrar de luto e não se fez substituir. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Usou da palavra o Senhor Presidente, Serafim Silva, que declarou aberta a reunião da Câmara Municipal do dia 25 de agosto de 2026, cumprimentando todos os presentes. -----

- Iniciou a sua intervenção apresentando as suas respeitosas condolências à Senhora Vereadora Lúcia Loureiro, pelo falecimento do seu irmão, manifestando solidariedade e apoio a toda a família e desejando que consiga ultrapassar este momento particularmente difícil. Referiu que a Senhora Vereadora não se encontrava presente, tendo comunicado, através de correio eletrónico, a referida situação e informado que não seria substituída na presente reunião. -----

- De seguida, informou que começaria por abordar quatro temas que têm estado na ordem do dia nas últimas quatro semanas, designadamente a situação ocorrida na semana anterior relativa à interdição dos banhos na Praia da Nazaré, o estado das infraestruturas municipais, os

esclarecimentos a prestar à população relativamente a uma notícia divulgada no dia anterior pelo Partido Chega sobre o Regulamento Municipal do Alojamento Local, bem como a questão da segurança. -----

- Relativamente à interdição dos banhos na Praia da Nazaré, referiu que pretendia ser objetivo e, considerando que as reuniões de Câmara também servem para esclarecer os munícipes, explicar aquilo que efetivamente aconteceu. -----

- Informou, que a APA procedeu à recolha de amostras no dia 18 de agosto e que, no dia 20, durante o período da manhã, recebeu um telefonema no qual foi informado de que os resultados da recolha efetuada no dia 18 eram estranhos. Na sequência dessa situação, no mesmo dia 20, a Autoridade de Saúde Pública notificou o Município para proceder à interdição dos banhos na praia, esclarecendo, contudo, que os resultados ainda não eram considerados definitivos. -----

- Referiu, que solicitou à APA que procedesse, ainda na manhã do dia 20, à recolha de novas amostras, para efeitos de contranálise, tendo essa recolha sido efetuada no mesmo dia. -----

- Acrescentou que, durante a tarde do dia 20, encontrando-se reunido com os restantes membros do Executivo Municipal, teve oportunidade de abordar o assunto e manifestar a sua preocupação, uma vez que os resultados recebidos suscitavam sérias dúvidas. -----

- Informou que o Município, através do laboratório que habitualmente efetua as respetivas análises, tinha procedido à recolha de amostras no dia 14 de agosto, cujos resultados chegaram ao conhecimento da Câmara Municipal no dia 18 e se apresentavam completamente normais. ---

- Esclareceu que a amostra recolhida pela APA foi efetuada numa zona em frente à denominada “Bola de Nivea”, enquanto as amostras recolhidas pelo laboratório que trabalha para o Município são efetuadas na zona do Canto das Pedras, em frente ao Estádio do Viveiro e junto à foz do rio Alcoa. -----



- Referiu que, no dia 21, foi determinada a interdição dos banhos e que, por volta das 14h30, a mesma foi levantada, após terem sido recebidos os resultados das novas análises, quer da parte da APA; quer da Autoridade de Saúde Pública. -----
- Explicou que os resultados inicialmente obtidos indicavam um valor de 7000 relativamente à bactéria *Escherichia coli* (*E. coli*), valor que considerou completamente anómalo, tendo posteriormente recebido do Delegado de Saúde um documento que apresentava o valor de 63. Referiu que os valores habitualmente registados se situam, normalmente, entre os 45 e os 60, considerando, por isso, que algo poderia ter ocorrido durante o processo de análise. -----
- Acrescentou, que a praia não apresentava quaisquer vestígios de descargas, encontrando-se a água completamente límpida e sem odores, defendendo que, no futuro, será necessário adotar procedimentos diferentes e ponderar medidas de monitorização da água do mar, de forma a não colocar em causa a saúde das pessoas. -----
- Reforçou que a praia não foi encerrada, mas apenas interdita a banhos. -----
- Considerou que se tentou estabelecer uma ligação com os incidentes ocorridos no ano anterior, referindo, contudo, que estava bem visível que a situação não tinha qualquer relação com descargas de esgoto no mar. -----
- Referiu que existem pessoas que pretendem denegrir a imagem da Nazaré, apontando, concretamente, o caso do Partido Chega, por ter divulgado uma notícia estabelecendo essa ligação, sem ainda dispor de dados concretos. -----
- Concluiu, referindo que o princípio orientador da atuação do Executivo Municipal foi, em primeiro lugar, salvaguardar a segurança e a saúde das pessoas. -----
- Referindo-se às infraestruturas, afirmou tratar-se de uma matéria que o preocupa. Deu nota de que, no domingo anterior, a região foi afetada por fortes chuvas e que, de imediato, percebeu que poderiam surgir vários problemas, nomeadamente na zona norte da Nazaré, relacionados com o escoamento das águas pluviais. -----

- Referiu que, nesse dia, foi necessário proceder à abertura do sistema para permitir o escoamento das águas pluviais, uma vez que a rede de esgotos existente na zona norte não teria capacidade para assegurar aquele escoamento. Acrescentou que a zona do Canto das Pedras, onde se localiza a saída submersível, foi monitorizada, tendo-se verificado que a água que saía se apresentava completamente limpa, sem odores e dentro da normalidade. -----
- Sublinhou que o trabalho a desenvolver no futuro deverá salvaguardar estas questões e considerou que, durante os últimos dez anos, se viveu, na sua perspetiva, de aparências, referindo que, ao mesmo tempo que foi conseguido um investimento de dez milhões de euros do PRR para o novo funicular, continuam a existir situações de descarga de esgotos na via pública. -----
- Afirmou que foi o que aconteceu no domingo, na Avenida do Município, considerando que as infraestruturas não estão devidamente capacitadas para responder ao crescimento que a Nazaré registou nos últimos anos. Reiterou que, na sua opinião, se privilegiaram as aparências sem que fossem resolvidos os graves problemas existentes ao nível das infraestruturas básicas da Nazaré.
- Concluiu, referindo que o trabalho a desenvolver passará por enfrentar e resolver os problemas que efetivamente têm impacto direto na vida dos munícipes e na experiência de quem visita o concelho. Referiu, ainda, os problemas existentes nas escolas, afirmando que se encontra a ser desenvolvido trabalho com vista a colmatar as situações identificadas. Salientou, igualmente, a falta de organização no Sítio da Nazaré, considerando que esta situação merece especial atenção, por se tratar de uma das zonas mais visitadas do concelho. -----
- Deu, ainda, nota de que será necessário construir novos coletores de esgoto na Marginal da Nazaré. Referiu que foi executada uma “bonita Marginal”, sem que, contudo, tivessem sido devidamente tratadas as infraestruturas básicas. -----
- Informou, igualmente, que, no dia 23 do corrente mês, foi recebida uma resposta por parte do Ministério da Administração Interna, a qual foi remetida a todos os Senhores Vereadores, indo



ao encontro das preocupações manifestadas relativamente à questão da segurança e a alguns episódios ocorridos recentemente na Nazaré. Referiu que a resposta recebida não o satisfaz minimamente, tendo já tido oportunidade de transmitir aos responsáveis da Polícia de Segurança Pública da Nazaré a sua discordância relativamente à forma como o Corpo de Intervenção da Unidade Especial de Polícia tem vindo a realizar o patrulhamento no Concelho. Salientou que, na sua opinião, os elementos policiais devem estar na rua, em ações de patrulhamento e de proximidade, e não permanecer nas instalações policiais. Referiu a implementação do sistema de videovigilância e a criação da polícia municipal. Disse, que iriam reforçar a melhoria da sinalética e da iluminação pública. -----

- Quis, ainda, dar nota de que, no dia anterior, havia sido publicada uma notícia pelo Partido Chega, posteriormente divulgada também pela Agência Lusa, relativamente a um parecer recebido pela Câmara Municipal da parte da CCDR, relacionado com as votações realizadas no âmbito do Regulamento Municipal do Alojamento Local. -----

- Referiu que essa situação, já havia sido identificada há algum tempo por todo o Executivo Municipal, encontrando-se a ser analisada e discutida, tendo já sido realizadas duas reuniões com toda a vereação, com o objetivo de avaliar a situação e definir as medidas a adotar. Quis tranquilizar a população e todas as pessoas que apresentaram pedidos de licenciamento para alojamento local, esclarecendo que, à presente data, nada se encontra em causa. Referiu que os interessados poderão continuar a apresentar os respetivos pedidos, os quais serão devidamente analisados e despachados. -----

- Explicou que, mesmo que venha a ser identificada alguma questão relacionada com o Regulamento Municipal do Alojamento Local, os procedimentos terão sempre por base a legislação geral aplicável ao alojamento local. Esclareceu que o que poderá estar em causa será a validade ou aplicabilidade do Regulamento Municipal que foi aprovado pela Câmara. -----

- Relativamente ao parecer da CCDR, explicou que a situação surgiu na sequência das votações realizadas no início do mês de maio, ocasião em que também foi suscitada a questão da falta de quórum, atendendo a que vários membros do Executivo Municipal poderiam ter interesses diretos relacionados com o alojamento local, tendo sido questionada a sua aptidão para participar nas respetivas votações. -----

- Referiu que, na sequência dessa situação, foi solicitada a saída dos Vereadores que se encontravam impedidos, tendo permanecido apenas dois membros do Executivo Municipal para proceder à votação. -----

- Esclareceu, ainda, que, no início do mês de maio, o Executivo Municipal solicitou ao Departamento Jurídico que promovesse a consulta da CCDR sobre a questão suscitada, tendo o respetivo parecer sido recebido cerca de duas semanas antes. -----

- Referiu que, em síntese, o parecer da CCDR considera que as votações realizadas poderão não ser consideradas válidas, podendo, eventualmente, estar feridas de nulidade, não assumindo, contudo, uma posição taxativa quanto a essa matéria. -----

- Acrescentou, que existem ainda dois outros pareceres sobre a mesma questão, aos quais o Partido Chega não fez referência, que apontam no sentido de as votações não serem nulas e de poderem ser realizadas com a participação dos dois elementos do Executivo Municipal que permaneceram na reunião. -----

- Referiu que, no dia anterior, pelas 17h00, a Agência Lusa divulgou a notícia sobre esta matéria e que, cerca das 19h00, o Partido Chega veio igualmente pronunciar-se sobre a situação. -----

- Considerou existir uma falta de compromisso por parte do Partido Chega e de quem se encontrava a acompanhar e a tratar deste assunto juntamente com o Executivo Municipal, por não ter aguardado pelas conclusões do processo antes de tornar pública a situação, contribuindo, na sua opinião, para criar preocupação e confusão junto da população. Por essa razão, considerou necessário prestar os devidos esclarecimentos. -----



- Afirmou, que o Executivo Municipal está de consciência tranquila relativamente a esta matéria e que poderá estar em causa, ou não, um eventual erro ao nível do procedimento, mas que tal não deverá colocar em causa os procedimentos que os munícipes têm vindo a realizar nos últimos dias, designadamente os pedidos relacionados com o alojamento local. -----
- Por fim, manifestou a sua discordância relativamente à forma como o Partido Chega, uma vez mais, procurou retirar dividendos políticos de uma situação que se encontra em análise, considerando essa atitude deplorável. Acrescentou que será agendada uma reunião extraordinária da Câmara Municipal para análise da situação relativa ao Alojamento Local. -----
- Referiu que o Partido Chega atribui a responsabilidade pela situação ao Senhor Presidente da Câmara, considerando que este deveria deixar de ser arrogante e demonstrar maior humildade, afirmando que, quanto a essas críticas, nada teria a acrescentar. Contudo, manifestou a sua discordância relativamente ao facto de uma pessoa que se encontra a participar em reuniões com o Executivo Municipal e a colaborar ativamente na procura de uma solução para o problema vir, posteriormente, retirar proveitos políticos dessa situação. -----
- Quis dar os parabéns a todas as Associações e clubes do Concelho, bem como aos atletas que, durante as últimas semanas, participaram ativamente nas diversas atividades e competições desportivas realizadas no concelho. -----
- Endereçou, igualmente, os parabéns às Associações culturais, nomeadamente aos ranchos folclóricos que participaram na animação de verão. -----
- Fez especial referência a Salvador Luzindro, pela convocatória para representar Portugal no Campeonato do Mundo de Ginástica de Trampolim, que se realizará no próximo mês de novembro, na China. Sublinhou, contudo, que não poderia deixar de mencionar, para além do atleta, que conhece desde criança, os seus pais, Roberto e Ana Laura, considerando que a família constitui um fator fundamental e preponderante no sucesso e no percurso dos jovens atletas. ----

- Deu, igualmente, os parabéns ao AC Sótão pela conquista do bicampeonato nacional de futebol de praia, considerando tratar-se de um feito extraordinário no contexto do desporto nacional e motivo de orgulho para todos os munícipes. Informou que os quartos de final se realizariam na sexta-feira e a final no domingo, manifestando a expectativa de que o Sótão pudesse estar presente na final e apelando à população para que acompanhasse e apoiasse a equipa. -----

- Por fim, deu os parabéns à equipa sénior feminina de hóquei em patins da BIR, que, na próxima época, fará a sua estreia na Primeira Divisão Nacional. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que começou por cumprimentar os restantes membros do Executivo Municipal, os técnicos presentes e o público que acompanhava a reunião a partir de casa. -----

- Referiu que compreende, naturalmente, que, por vezes, as intervenções possam ser mais prolongadas, solicitando, contudo, que, futuramente, sempre que algum dos Senhores Vereadores necessite de se alongar na sua intervenção, lhe seja igualmente concedido pelo Senhor Presidente, o tempo necessário para a concluir. -----

- Quis transmitir os seus votos de pesar à vereadora Lúcia, que tenha força e coragem para o momento difícil que atravessa na vida bem como a toda a sua família. -----

“Sr. Presidente, -----

Sras. e Srs. Vereadores, -----

Técnicos Municipais aqui presentes, -----

Público que nos acompanha aqui e em casa através das redes sociais, -----

Gostaria de endereçar os meus sentidos pêsames à Vereadora Lúcia Loureiro e a toda a sua família pelo momento difícil que atravessam. Desejo muita força e coragem para todos. -----

Permitam-me começar esta intervenção por fazer uma breve referência à atividade municipal e àquilo que tem marcado o nosso concelho. -----



Quero começar, naturalmente, pelo desporto e por um motivo de enorme orgulho para todos os nazarenos. -----

No passado domingo, a ACD O Sótão sagrou-se, uma vez mais, Campeão Nacional, alcançando o título de Bicampeão Nacional de Futebol de Praia. -----

É um feito extraordinário e que merece uma palavra muito especial desta Câmara Municipal. ----

Por detrás deste título está muito mais do que um resultado desportivo. -----

Está o trabalho diário dos atletas, o compromisso das equipas técnicas, a dedicação dos órgãos sociais, o apoio dos patrocinadores e, naturalmente, o acompanhamento e sacrifício das famílias.

É também uma conquista que honra a Nazaré, que projeta o nome do nosso concelho e que demonstra, uma vez mais, a enorme capacidade que as nossas associações e os nossos atletas têm para competir ao mais alto nível. -----

Deixo, por isso, uma palavra de reconhecimento e de parabéns a toda a família d'O Sótão por mais esta conquista. -----

Referenciar, ainda, e apesar de ter existido outras convocatórias que foram já aqui referenciadas anteriormente, importa destacar a chamada dos atletas da ACD "O Sótão" Vicente Amoreirinha, Rodrigo Bragança e Hugo Ramalho à Seleção Nacional de Futebol de Praia Sub-15. -----

É também por estes exemplos que devemos continuar a apostar no movimento associativo, no desporto de formação e nas condições para que as nossas coletividades possam continuar a representar a Nazaré com o orgulho e a qualidade que têm demonstrado. -----

Sr. Presidente, -----

Relativamente à recente interdição temporária da Praia da Nazaré, gostaria de deixar algumas observações. -----

Importa começar por reconhecer que, perante os resultados inicialmente comunicados, foram tomadas de imediato as medidas necessárias para salvaguardar a saúde pública. Essa é, naturalmente, a prioridade e não poderia ser de outra forma. -----

Contudo, a posterior contra-análise veio demonstrar que os valores inicialmente comunicados não correspondiam à realidade, tratando-se de um erro que, entretanto, foi corrigido. -----

E é precisamente aqui que temos de olhar para as consequências. -----

Erros podem acontecer. Nenhuma instituição está imune a eles. Mas este erro teve consequências concretas para o nosso território, para a imagem da Nazaré, para os nossos operadores turísticos, para a restauração, para o comércio e, sobretudo, para a perceção externa de um dos nossos principais recursos: a nossa praia. -----

Por isso, importa saber o que foi feito depois de identificado o erro. -----

Foi apurada a sua origem? Foram identificadas responsabilidades? Que mecanismos foram acionados para evitar que uma situação semelhante volte a acontecer? E houve algum contacto com as entidades responsáveis para avaliar e minimizar os impactos provocados? -----

Não está em causa procurar culpados. Está em causa garantir que aprendemos com o que aconteceu. -----

O concelho da Nazaré tem vindo a construir, ao longo de muitos anos, um nome e uma reputação que não podemos permitir que sejam prejudicados por falhas que poderiam ser evitadas ou corrigidas mais rapidamente. -----

Defender a saúde pública é absolutamente inegociável. Mas defender o bom nome do nosso concelho também é uma responsabilidade de todos nós. -----

Sr. Presidente, -----

Há, ainda, algumas matérias relativamente às quais gostaria de deixar questões concretas ao Executivo. -----

Desde logo, relativamente ao processo de deservagem. -----

Chegaram-me algumas queixas de munícipes que dão conta de que, apesar de o aviso indicar que as operações decorreriam entre as 08h00 e as 17h00, terão existido intervenções realizadas durante a madrugada, designadamente por volta das 04h00. -----



A confirmar-se, estamos perante uma situação que merece uma explicação. -----

Não é razoável que uma operação municipal desta natureza, ainda que prestada por um operador externo ao Município, quando está previsto um determinado horário, seja realizada durante a madrugada, perturbando o descanso dos nossos munícipes. -----

Por isso, pergunto-lhe: -----

Tem conhecimento destas situações? Houve alguma alteração ao horário inicialmente comunicado? E, caso tenha efetivamente ocorrido, por que razão foi autorizada? -----

Mas há uma segunda questão, talvez ainda mais importante, relacionada com o próprio método utilizado. -----

Quero saber se estão a ser integralmente cumpridos todos os pressupostos ambientais e de segurança associados a estas operações. -----

A utilização de herbicidas, nomeadamente de substâncias como o glifosato, é uma matéria que merece a máxima atenção e prudência, atendendo às restrições e proibições que existem em diferentes países e aos debates que continuam a existir sobre a utilização destes produtos. -----

Não estou aqui a afirmar que tenha sido utilizado qualquer produto específico sem ter essa informação. -----

O que estou a pedir é transparência. Que produtos estão a ser utilizados? Em que locais? Em que condições? Com que acompanhamento? Que garantias existem de que a empresa adjudicatária está a cumprir integralmente todas as normas ambientais e de segurança? Existe algum plano de execução de trabalhos que possa ser dado a conhecimento da nossa população? -----

Temos hoje alternativas mecânicas e biológicas para este tipo de operações. -----

Por isso, gostaria de saber qual é a estratégia do Município e se foram avaliadas essas alternativas antes da opção pelo método atualmente utilizado. -----

Sr. Presidente, -----

Quero voltar também a insistir numa matéria que já tenho trazido a esta Câmara: a iluminação pública. -----

Continuamos a ter zonas do concelho com níveis de iluminação insuficientes e isso não é apenas uma questão estética ou de conforto. É uma questão de segurança! -----

Tem existido ocorrências em locais onde a fraca luminosidade não ajuda a garantir a segurança de quem circula, seja a pé, seja de automóvel. -----

Por isso, volto a perguntar ao Executivo: existe um levantamento atualizado dos pontos onde a iluminação pública é insuficiente? Existe um plano de intervenção? E qual é o calendário previsto para corrigir estas situações? -----

Não podemos continuar a atuar apenas depois de acontecerem ocorrências. A iluminação pública deve ser encarada como uma política preventiva de segurança e não apenas como uma questão de manutenção. -----

Outra questão que considero importante é o Funicular da Pederneira. -----

Estamos a entrar na reta final do mês de agosto e existem prazos que têm de ser cumpridos. ----

Gostaria, por isso, de saber qual é o ponto de situação concreto deste processo. Em que fase estamos? Quais são os trabalhos que ainda estão por concluir? Mantêm-se os prazos anteriormente anunciados? E, sobretudo, existe algum risco de derrapagem relativamente ao calendário previsto? -----

É importante que esta Câmara tenha informação clara sobre uma infraestrutura tão importante para a mobilidade e para a imagem do nosso concelho. -----

Sr. Presidente, -----

Quero ainda abordar uma questão que me tem sido colocada diretamente por vários munícipes: o Selo de Residente do Sítio. -----



Com a aproximação das Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré e com a necessidade de os residentes estarem devidamente identificados, começam naturalmente a surgir dúvidas relativamente à aplicação prática do regulamento. -----

E aqui considero que devemos ter uma preocupação essencial: a proximidade. -----

Um regulamento só é verdadeiramente eficaz quando é compreendido e quando é aplicável de forma simples, clara e justa. -----

Por isso, pergunto ao Executivo se já foram pensadas medidas específicas de proximidade junto da população do Sítio. -----

Vai existir algum reforço de informação? -----

Serão criados pontos de atendimento ou apoio presencial? -----

Haverá uma equipa no terreno para esclarecer dúvidas e ajudar quem tenha dificuldades no processo? -----

Quantos selos de residente foram já emitidos? -----

Porque o sucesso de qualquer regulamento não depende apenas da sua aprovação. Depende da sua aplicabilidade. E não podemos criar um mecanismo que, na prática, gere mais dúvidas, constrangimentos ou conflitos do que aqueles que pretende resolver. Com a aproximação das Festas, esta é uma matéria que exige preparação atempada. -----

Por fim, recentemente veio a pública que o Estado irá intervir no eixo do IC9 que se encontra encerrado há já algum tempo. Sobre o eixo junto às Pontes da Barca temos já desenvolvimentos face às medidas que foram aqui enunciadas anteriormente? -----

- Pretendeu deixar clara uma situação que, segundo referiu, não seria a primeira vez que acontecia. Mencionou que o Senhor Presidente acabara de referir que tinha sido enviada a todos os Vereadores a comunicação recebida do MAI – Ministério da Administração Interna. Esclareceu que a referida comunicação foi, efetivamente, recebida pelos Vereadores cerca das 9h54, ou seja, dois ou três minutos antes de o Senhor Presidente fazer a referência à mesma na reunião. --

- Solicitou, assim, alguma concertação entre o Senhor Presidente e o seu Gabinete de Apoio relativamente às informações transmitidas em reunião, uma vez que, para quem acompanha os trabalhos em casa, poderá não ser possível perceber se a informação foi, ou não, efetivamente recebida e tratada, podendo ficar a ideia de que a mesma foi recebida, mas que nada foi feito nesse sentido. -----

- Reiterou, que recebeu a comunicação às 9h54, acrescentando que, embora tal situação possa ser considerada normal pelo Senhor Presidente, para si não o era. -----

- **Usou da palavra a Senhora vereadora Vanda Santos**, que começou a sua intervenção por cumprimentar todos: -----

“Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, todos os que nos acompanham nesta sala e aos que nos acompanham pelas redes sociais. -----

Quero deixar uma mensagem de força à Vereadora Lúcia neste momento difícil que está a passar pela perda do seu irmão. -----

Tal como o Sr. Presidente Serafim e o Sr. Vereador Milton, quero começar por felicitar todos os atletas e a equipa técnica da Associação Cultural e Desporto O Sótão. São bicampeões nacionais de Futebol de Praia e revalidaram o título nacional. É um feito extraordinário que muito honra o nosso Concelho. -----

Quero deixar também uma palavra de parabéns aos adeptos, associados e familiares que acompanham e apoiam esta grande equipa. E que consigam chegar à final no próximo domingo e que consigam conquistar mais um título. Boa sorte e força, Sótão! -----

Na área da cultura, as nossas tradições mantêm-se vivas e continuam a marcar a nossa comunidade. As nossas salas culturais continuam a receber espetáculos, exposições e foram vários os momentos musicais e de folclore que animaram as noites do nosso Concelho. -----

Sr. Presidente, -----

Gostaria de colocar algumas questões: -----



Em primeiro lugar, gostaria de questionar sobre a requalificação prevista para a Avenida da Nazaré, na freguesia de Valado dos Frades, que estava prevista iniciar-se até ao final deste ano. Gostaria de saber em que ponto se encontra este processo e se se mantém o prazo inicialmente previsto. -----

Em segundo lugar, questiono sobre o estado da requalificação da Rua Carlos O'Neil, também na freguesia de Valado dos Frades. Gostaria de saber se existe já uma previsão para o início desta intervenção e quais os próximos passos previstos. -----

Por último, e tal como questionei ao seu Gabinete por email, gostaria de voltar a abordar a falta de informação relativamente à obtenção do selo de acesso ao Sítio da Nazaré. -----

É urgente divulgar, de forma clara, como e onde os interessados podem fazer a sua inscrição e obter este selo. -----

A quem me questiona diretamente tenho informado que podem preencher o formulário disponível no site da Câmara Municipal. No entanto, existem certamente muitos moradores, encarregados de educação que diariamente levam ou vão buscar os seus filhos à Confraria, pessoas que visitam utentes do Lar, trabalhadores e tantas outras pessoas que necessitam de informação. -----

Por isso, solicito que, com a maior brevidade possível, esta informação seja amplamente divulgada, nomeadamente através das redes sociais do Município, para que chegue ao maior número de pessoas possível. -----

Antes de terminar, gostaria de falar sobre a interdição temporária da nossa Praia, determinada de forma preventiva. -----

Já todos tivemos oportunidade de ser esclarecidos pelo Sr. Presidente, através das redes sociais do Município. Os factos foram explicados e, naturalmente, se ainda existirem dúvidas, acredito que o Sr. Presidente e os Serviços Técnicos estarão disponíveis para prestar todos os esclarecimentos necessários. -----

Aquilo que quero abordar não é propriamente a decisão tomada, mas sim a forma como esta situação foi rapidamente transformada numa discussão nas redes sociais. -----

Em poucas horas, surgiram comentários de vários “especialistas” que, sem terem conhecimento de todos os factos ou informação completa, demonstravam uma enorme certeza sobre aquilo que tinha acontecido. -----

Surgiu rapidamente a necessidade de acusar alguém. A necessidade de dizer “eu bem avisei”. A necessidade de apontar o dedo. A necessidade de comparar executivos. -----

Mas devemos parar, refletir e perguntar: quais são as consequências de tudo isto? -----

A Nazaré voltou a estar na boca do mundo pelas piores razões. -----

É evidente que uma praia interditada a banhos representa preocupação. Representa possíveis prejuízos para os negócios locais. Pode alarmar turistas e visitantes e pode criar receios para quem vive do turismo na Nazaré. -----

Mas também é lamentável que uma parte significativa dos comentários negativos tenha partido de pessoas que são da nossa própria Terra. Pessoas que representam publicamente a Nazaré. Pessoas que dizem gostar da nossa Terra, defender as nossas gentes e lutar pelo nosso Concelho. E é precisamente por isso que devemos ter ainda mais responsabilidade. -----

Se amamos a Nazaré, se gostamos da nossa Terra e se queremos defender verdadeiramente o nosso Concelho, antes de acusarmos ou procurarmos culpados, devemos informar-nos. -----

Devemos questionar diretamente o Município. Devemos exigir esclarecimentos. -----

E o Município tem o dever de esclarecer. -----

Mas nós, enquanto eleitos, também temos o dever de ter responsabilidade na forma como comunicamos. -----

Nós os 7 fomos eleitos pelos munícipes das freguesias de Famalicão, Valado dos Frades e Nazaré. Fomos eleitos por partidos diferentes porque temos ideais políticos diferentes, visões diferentes e, naturalmente, opiniões diferentes. E isso faz parte da democracia. -----



Mas quando está em causa a defesa do nosso Concelho, devíamos ser unânimes. Não é só dizer e repetir vezes sem conta que defendemos a Nazaré e defendemos os nazarenos. É demonstrar exatamente isso. Defender não é lançar negativismo rápido. Não é só lançar faísca só para aparecer. Devemos ser conscientes. -----

Nós os eleitos podemos e devemos discutir ideias. Podemos discordar e legitimamente criticar quem governa. Podemos e devemos fiscalizar. Mas cima de tudo estamos aqui com a missão de defender verdadeiramente a nossa Terra e as nossas gentes. Cumprir as palavras proferidas em atos e em atitudes. Muito obrigado”. -----

- **Usou da palavra o Senhor vereador João Graça**, que cumprimentou todos e começou por agradecer os esclarecimentos iniciais do Senhor Presidente, associar-se às saudações, reconhecimento e às felicitações já apresentadas a título coletivo e individual. Quis, manifestar o seu pesar pelo falecimento do irmão da vereadora Lúcia Loureiro, pelo que endereçou à vereadora e familiares uma mensagem de apoio no momento de dor. -----

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, -----
Queremos aqui partilhar uma reflexão que consideramos essencial sobre a participação dos eleitos locais e o funcionamento institucional deste órgão. -----

No passado dia 19 agosto, o nosso concelho teve a honra de receber a visita oficial do Senhor Ministro da Agricultura e do Mar. -----

Tratou-se de uma deslocação de enorme relevância, com uma agenda focada em áreas estruturantes para o desenvolvimento local, tais como a gestão portuária, as pescas, a agricultura e a gestão dos recursos hídricos. -----

Sabemos que estes setores constituem pilares fundamentais da nossa economia e da sustentabilidade do território, exigindo de todos nós um acompanhamento atento e empenhado. -----

Sendo a Câmara Municipal um órgão colegial, que representa a totalidade dos munícipes, através das suas diferentes sensibilidades políticas, consideramos que momentos de tamanha importância beneficiariam de uma abordagem mais inclusiva. Lamentamos por isso, que a vereação não tenha sido associada a este ato protocolar. -----

Com o devido respeito, entendemos que esta opção de não incluir os restantes membros do executivo: -----

- Priva este órgão de uma representação mais abrangente perante o Governo da República, num momento em que a união de esforços em torno de temas como as pescas e agricultura seria uma mais-valia; -----

- Limita a partilha oportuna de informação sobre dossiês que, pela sua natureza técnica e impacto a longo prazo, acabarão no futuro por requerer a análise e deliberação de todos nós; ----

- Afasta-se da praxe institucional que habitualmente privilegia o diálogo aberto e a presença dos eleitos locais na receção a altos representantes do Estado Português. -----

Senhor Presidente, -----

Esta reflexão não visa alimentar disputas de protocolo, mas sim sublinhar que o futuro do nosso concelho sai reforçado quando as dinâmicas institucionais são pautadas pela partilha e pela cooperação alargada. Os desafios que enfrentamos na pesca, nos portos, na agricultura e na gestão de recursos hídricos, são comuns e beneficiam sempre de uma visão conjunta. -----

Aguardamos assim, que em futuras visitas de membros do Governo de Portugal ao nosso concelho, se possa privilegiar este modelo de inclusão, em nome do bom funcionamento democrático e da valorização da abrangência representativa deste órgão. Muito obrigado”. -----

“Sr.Presidente, -----



1. Na manhã do dia 21 de agosto, a população e os agentes económicos locais foram confrontados com a interdição temporária de banhos e o consequente arriar da Bandeira Azul na Praia da Nazaré, na sequência de um resultado laboratorial que indicava uma contaminação microbiológica em valores extraordinariamente elevados. -----
2. Contudo, a contra-análise realizada escassas 48 horas depois revelou um resultado perfeitamente normalizado, determinando o levantamento imediato da interdição. -----
3. No plano da monitorização ambiental e da saúde pública, uma variação analítica desta magnitude e rapidez — sem que se tenham registado alterações meteorológicas drásticas, temporais ou dinâmicas costeiras excecionais no período — reduz as explicações científicas a apenas dois cenários técnicos plausíveis: -----
 1. **A Hipótese do Falso Positivo (Erro de Procedimento):** Por quebra no protocolo de assepsia durante a colheita ou uma contaminação cruzada em laboratório. -----
 2. **A Hipótese do Pico de Poluição Instantâneo (Dinâmica de Fluidos):** A recolha coincidiu cirurgicamente com a passagem de uma mancha de contaminação isolada, flutuante e estritamente localizada -----
4. Importa ainda sublinhar que está afastada a hipótese de qualquer descarga provocada pelos sistemas municipais. Os registos técnicos e operacionais das infraestruturas sob gestão municipal confirmam o seu pleno e regular funcionamento no período em causa, sem registo de quaisquer avarias, anomalias ou extravasamentos. Desta forma, a haver poluição real, esta terá sempre uma origem externa e totalmente alheia às redes públicas do Município. -----
5. Atendendo a que ambas as hipóteses configuram situações excecionais, o Município e os cidadãos não podem fundar as suas decisões e a defesa da sua economia em meras conjecturas. Dado que os relatórios de ensaio públicos da APA omitem, por rotina, os dados de controlo interno, torna-se impossível aferir se a primeira análise correspondeu a uma realidade efémera do mar ou a uma falha analítica. -----

6. Uma interdição da prática balnear, ainda que por breves horas e em plena época alta, acarreta graves danos reputacionais e prejuízos financeiros diretos e irrecuperáveis para o comércio, hotelaria e restauração locais. -----

7. Na possibilidade de estarmos perante um "falso positivo" laboratorial, o concelho da Nazaré foi altamente penalizado por um erro de terceiros e não por um problema real de poluição das suas águas. -----

8. Solicitar a validação e auditoria destes testes laboratoriais não constitui qualquer afronta à autoridade da APA, mas sim um estrito ato de responsabilidade institucional e de transparência administrativa, salvaguardado pela Lei de Acesso aos Documentos Administrativos. -----

Sr. Presidente, face ao exposto, solicito-lhe: -----

Que, em representação formal e na estrita defesa dos interesses deste Município, designadamente no seu compromisso com a transparência, a segurança jurídica e a salvaguarda da economia local, diligencie junto da APA o acesso urgente ao dossier interno completo com os dados brutos e de controlo de qualidade do ensaio da amostra que originou a interdição, o qual deve incluir os seguintes detalhes: -----

1. O resultado analítico do Branco de Campo (*field blank*); -----

2. Os registos dos brancos de laboratório; -----

3. As folhas de registo térmico de transporte. -----

Caso a auditoria a estes documentos internos confirme a existência de uma falha técnica ou quebra nos controlos de assepsia (falso positivo), requer-se que o Município exija formalmente à APA a anulação desta análise negativa do histórico oficial da praia. Esta ação é fundamental para salvaguardar a média estatística plurianual que define a classificação do areal e garante a atribuição do galardão da Bandeira Azul nas épocas balneares futuras. -----



Mais se sublinha que, numa hipótese ou noutra — quer se tenha tratado de um erro humano e laboratorial (falso positivo), quer tenha ocorrido um fenómeno hidrodinâmico real e efémero (pico de poluição instantâneo) —, o impacto severo desta interdição demonstra que o atual modelo de tomada de decisão é demasiado rígido e desfasado da realidade. Torna-se, por isso, imperativa e urgente a avaliação da implementação de ajustamentos nos procedimentos existentes de controlo analítico das águas balneares, de modo a evitar que flutuações pontuais ou falhas de procedimento voltem a penalizar injustamente o nosso concelho. -----

Acresce ainda a necessidade, por parte do município, do reforço da complementaridade e robustez do acompanhamento analítico às águas balneares, numa lógica de trabalho integrado com entidades terceiras. Obrigado”. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes e associou-se aos pêsames já manifestados na reunião, referindo que também já havia apresentado pessoalmente as suas condolências à Senhora Vereadora Lúcia, pelo momento difícil que atravessa, cuja dimensão considerou difícil de imaginar para qualquer pessoa. -----

- Associou-se às felicitações já manifestadas a todos os atletas, nomeadamente ao Salvador Luzindro, de quem foi catequista, bem como a todos os outros atletas que, mesmo não alcançando conquistas, lutam diariamente e cujo esforço considerou fundamental. Associou-se, igualmente, às felicitações ao “Sótão” e a todos os que contribuíram para aquela conquista, destacando o empenho, a dedicação, o espírito competitivo, a força das famílias e a capacidade de liderança, entre outros aspetos. -----

- Referiu-se também ao projeto “Mãos Dadas com a Nazaré”, realizado no passado dia 16 de agosto, que constituiu mais uma demonstração do espírito solidário, da união e da capacidade de mobilização da comunidade local. Referiu que a iniciativa, promovida pela Associação de Nadadores-Salvadores da Nazaré, demonstrou, uma vez mais, que os nazarenos, quando se

unem em torno de uma causa comum, conseguem alcançar resultados notáveis e fazer a diferença na vida de muitas pessoas. Em nome do Município, expressou os seus sinceros agradecimentos à Associação de Nadadores-Salvadores da Nazaré pela organização do evento, bem como a todos os voluntários, entidades parceiras, participantes, visitantes e demais envolvidos que contribuíram para o sucesso da iniciativa. Deixou a todos um profundo reconhecimento, salientando que, juntos, continuam a construir uma Nazaré mais forte, mais solidária e mais unida, sendo cada vez mais importante dar continuidade a este tipo de iniciativas e remar todos no mesmo sentido. -----

- Destacou o sucesso da Semana da Juventude 2026, realizada entre os dias 10 e 14 de agosto, durante a qual foi cumprida toda a programação prevista. Ao longo de cinco dias, foram desenvolvidas diversas atividades nas áreas da ciência, cidadania, ambiente, cultura e literacia financeira, com a participação dos jovens do Concelho e, no dia 11 de agosto, também de jovens do Município da Lourinhã, no âmbito do convite dirigido aos municípios da Comunidade Intermunicipal do Oeste. Referiu que a participação de diversos convidados e entidades externas contribuiu decisivamente para enriquecer a programação. Agradeceu a todos os jovens participantes, bem como a todos os serviços, colaboradores e entidades envolvidos na iniciativa, deixando, em especial, um registo de agradecimento e apreço à Diana Silvério, a quem atribuiu o mérito de fazer tudo acontecer. -----

- Deixou um agradecimento especial a todos os que contribuíram para as comemorações do Dia Internacional da Juventude, realizadas na Biblioteca de Praia e na Praça Sousa Oliveira, nomeadamente à Rádio Nazaré, pela realização do programa “A Nossa Mesa”; aos jovens que participaram no programa “Next Nazaré”; aos colaboradores da Biblioteca Municipal José Soares, envolvidos na iniciativa “Bookcrossing”; ao Professor Lucas Henriques, pela aula de dança; e ao jovem Pedro Rocha, responsável pela animação musical do “Next Nazaré: Juventude, Talento e Sustentabilidade”. -----



- Considerou que esta foi uma iniciativa muito positiva, com grande adesão dos jovens e também com a participação da comunidade que se encontrava na Praça Sousa Oliveira. — Referiu, que a iniciativa coincidiu com a ocorrência de um fenómeno astronómico, embora não tenha sido possível observá-lo nas condições inicialmente previstas. Ainda assim, foram distribuídos óculos de observação aos jovens inscritos na atividade do Centro Ciência Viva e às pessoas presentes no recinto. -----

- Referiu que esta iniciativa surge na sequência da aposta e do esforço que o Executivo tem vindo a desenvolver na área da juventude, procurando proporcionar aos jovens oportunidades de participação, aprendizagem e desenvolvimento. -----

- Manifestou o seu agrado pela participação na inauguração da exposição “Rostos do Mercado da Nazaré”, composta por fotografias da autoria do fotógrafo do Município, Vítor Estrelinha, que valorizam as pessoas e as memórias que conferem identidade ao Mercado Municipal. Referiu que a iniciativa, dará continuidade ao projeto “Vamos à Praça”, através do qual se tem procurado valorizar e dinamizar aquele espaço, tão importante para a comunidade nazarena, não apenas enquanto local de comércio, mas também como ponto de encontro das tradições e vivências culturais. Felicitou o autor pelo trabalho desenvolvido e agradeceu a todos os que contribuíram para a concretização da exposição, que considerou merecedora de ser visitada e apreciada, nomeadamente aos elementos do Gabinete da Cultura e da Educação, que muito contribuíram para que a iniciativa se tornasse realidade. -----

- Reforçou o seu reconhecimento e felicitou todos os envolvidos na organização e participação no Carnaval de Verão, em especial as associações participantes e a Junta de Freguesia da Nazaré, que, uma vez mais, deram o melhor de si para tornar possível a realização do evento. Endereçou, igualmente, uma palavra de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia da Nazaré, que, em estreita colaboração com o Município, tem vindo a promover uma programação de animação noturna muito diversificada na Vila. -----

- Destacou ainda a programação do Cinema da Nazaré, cujas sessões, realizadas durante o mês de agosto, registaram uma participação muito positiva, demonstrando o interesse do público pela oferta cultural. Realçou, igualmente, a extensão da iniciativa ao ATL, que tem permitido acolher crianças do Concelho e de outras localidades vizinhas, considerando muito gratificante verificar que aquelas sessões proporcionam momentos de aprendizagem, convívio e contacto com a cultura aos mais jovens. -----

- Deu nota de que a Unidade de Saúde de Valado dos Frades já se encontra a funcionar provisoriamente nas instalações do Centro Cultural de Valado dos Frades. -----

- Destacou, igualmente, a exposição temporária “Rostos de Mulher”, patente no Centro Cultural da Nazaré, entre os dias 22 de agosto e 4 de setembro, uma amostra de fotografias da autoria de Vítor Estrelinha. Referiu que a exposição reúne retratos de mulheres da Nazaré envergando o traje tradicional, valorizando, através da fotografia, a identidade, a memória e as tradições de uma comunidade profundamente ligada às suas raízes. Salientou que cada rosto conta uma história e que cada retrato constitui um testemunho da cultura e do património da Nazaré. -----

- Por fim, referiu-se à Festa do Imigrante, realizada no passado fim de semana, em Valado dos Frades, considerando que a mesma constituiu um importante momento de partilha, que contribuiu para enriquecer o convívio e fortalecer os laços entre a comunidade. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Sousinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Referiu-se, inicialmente, aos acontecimentos ocorridos no passado dia 21, considerando que a situação se encontra, no seu entendimento, completamente esclarecida. -----

- De seguida, apresentou as suas condolências à Senhora Vereadora Lúcia Loureiro e à sua família, pela tragédia ocorrida no passado fim de semana, que vitimou o seu irmão. - Manifestou o desejo de que as boas memórias possam trazer algum conforto naquele momento de dor, referindo que perder um irmão ou um filho constitui sempre uma situação excecional, reiterando, por isso, a sua solidariedade para com a Senhora Vereadora e toda a sua família. -----



- Referiu-se, igualmente, ao que se passou no passado dia 18, com a interdição da praia, considerando ser importante que se tenha consciência de que o Município apenas consegue controlar as situações relacionadas com as suas próprias infraestruturas, designadamente assegurar que estas não efetuem qualquer descarga para o mar, sendo sempre impossível controlar todas as dinâmicas da água. -----

- Salientou que o compromisso do Município, passa por procurar resolver os problemas que dependam da sua responsabilidade e apelou, igualmente, a que as pessoas tenham alguma sensibilidade relativamente ao que despejam nas sarjetas e nos coletores de águas pluviais, uma vez que essas descargas acabam por seguir para o mar. -----

- Esclareceu, que o que aconteceu não teve qualquer relação com o sistema de drenagem de águas pluviais nem com o sistema de águas residuais, acrescentando que, até àquela data, e após a monitorização efetuada, não se tinha verificado qualquer descarga proveniente desses sistemas. -----

Relativamente à iluminação pública, referiu que a E-Redes tem evitado deslocar-se à Nazaré, apenas o fazendo em emergências e mediante insistência. Informou ainda que existem mais de vinte intervenções identificadas junto da E-Redes. -----

- Relativamente ao Regulamento do Sítio e à emissão do respetivo selo, esclareceu que o mesmo foi pensado para situações de realização de eventos, sendo as Festas do Sítio o maior teste à sua concretização. Referiu que, desde o início do procedimento, terão sido solicitados cerca de duzentos selos. -----

- Acrescentou que foram consultadas as diversas entidades, com vista ao levantamento das respetivas necessidades, nomeadamente a Confraria e a Clínica do Sítio. Salientou que o Regulamento não resolverá o problema da mobilidade no Sítio, mas permitirá salvaguardar o acesso às respetivas residências, tanto às entidades como às pessoas que ali vivem. -----

Referiu, ainda, que o Município está atento às eventuais lacunas que o Regulamento possa apresentar, considerando que será necessário avaliar os primeiros impactos resultantes da sua aplicação e introduzir as melhorias que se revelem necessárias, indo ao encontro das necessidades das pessoas. -----

- Relativamente à questão da deservagem, informou que, assim que dispuser do relatório final, o mesmo será enviado, acrescentando que todas as empresas requisitadas são certificadas. -----

- Esclareceu, ainda, que a aplicação de qualquer produto químico terá de ser devidamente certificada e acompanhada pelos serviços competentes. -----

- Referiu que, inicialmente, a aplicação não decorreu da melhor forma, estando a mesma a ser novamente realizada nos locais onde os resultados não foram satisfatórios. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Duarte**, que começou por agradecer ao Rancho Folclórico Flores do Campo, entidade promotora da iniciativa “Festa do Imigrante”, pela dedicação e empenho demonstrados na organização do evento. -----

- Quis, ainda, destacar o sucesso do evento promovido pelos Bombeiros Voluntários da Nazaré, na Pedralva, salientando a associação da componente festiva a uma ação de sensibilização. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente** para responder às questões solicitadas pelos Senhores vereadores: -----

- Relativamente à questão levantada pelo Senhor Vereador João Graça, no que respeita ao pedido de esclarecimentos formais e à realização de uma auditoria ao processo e à forma como o mesmo foi conduzido, quer desde o procedimento de recolha, quer quanto à realização do ensaio e à forma como foi efetuado todo o procedimento, referiu que pretendem promover essas diligências. Que, querem inicialmente ter uma reunião com a APA, provavelmente durante o mês de setembro e depois formalizar esse pedido. Em paralelo, querem colocar na discussão, o delegado de saúde pública no sentido de se tentar criar um procedimento intermédio para situações, que possam surgir. -----



- Sobre a questão da visita do Senhor Ministro, e ao convite que deveria ter sido feito a todos os vereadores, disse que concorda com o que foi dito e que será uma reflexão que se terá de fazer. -
- Relativamente às questões suscitadas pela Senhora Vereadora Vanda, referiu que tudo o que venha a ser feito em Valado dos Frades será objeto de conversas francas e de uma atuação em sintonia e articulação com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----
- Relativamente à requalificação da Avenida da Nazaré, informou que têm mantido contactos com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. Referiu que a referida avenida necessita de um projeto estruturante, o qual ainda não existe, tendo, contudo, acordado com o Senhor Presidente da Junta que, até ao final do ano, será efetuada uma intervenção de reconversão de alguns espaços, nomeadamente ao nível das árvores e dos passeios que se encontram levantados, com o objetivo de melhorar a imagem daquela zona, o mais rapidamente possível. Acrescentou que, paralelamente, será iniciado, em conjunto com a Junta de Freguesia, o desenvolvimento de um projeto de requalificação e embelezamento de toda aquela área. Relativamente à requalificação da Rua Carlos O'Neill, manifestou a sua preocupação com a intervenção naquela zona, informando que os Serviços Municipais já elaboraram uma proposta de intervenção, a qual pretendem articular com a Junta de Freguesia de Valado dos Frades, com vista a avançar com o processo com a maior brevidade possível. -----
- Referiu, igualmente, ser importante dar nota das intervenções já realizadas, em conjunto com a Junta de Freguesia de Valado dos Frades, nomeadamente a conclusão da obra de requalificação do passeio junto ao Parque das Merendas, intervenção há muito solicitada pela população do Valado dos Frades. -----

- Informou ainda que foi efetuada a abertura da estrada, numa intervenção de execução célere, realizada em articulação com o ICNF, que permitiu a retirada dos camiões estacionados em frente ao Centro Escolar. -----

- Acrescentou que os Serviços Municipalizados se encontram a desenvolver trabalhos relacionados com o saneamento básico naquela zona. Deu também nota de que será iniciada a obra do Centro de Saúde e de que já foi efetuada a passagem para o Centro Cultural, encontrando-se esta ligação já operacional. Manifestou a expectativa de que os trabalhos em curso estejam concluídos em breve. Interveio a Senhora Vereadora Vanda Santos para agradecer as intervenções realizadas no Valado dos Frades, salientando que o trabalho desenvolvido é visível, em particular na zona do Parque das Merendas. Referiu ainda que, aquando das recentes chuvas intensas, verificou que a intervenção realizada naquela zona permitiu solucionar a questão do escoamento das águas pluviais. Prosseguiu o Senhor Presidente, dando continuidade às solicitações apresentadas pelos Senhores Vereadores. Relativamente à questão do ofício do MAI, esclareceu que, embora o mesmo esteja datado de 21/08, apenas no dia anterior, pelas 17h35, lhe foi efetivamente remetido. Informou que, após a sua receção, o reencaminhou para o Gabinete, solicitando o seu envio aos Senhores Vereadores. Lamentou que, por alguma razão, o referido ofício apenas tenha sido enviado aos Senhores Vereadores no próprio dia da reunião. Relativamente ao troço das Pontes da Barca e ao eixo do IC9, em Aicobaça, informou que as obras terão início ainda durante a presente semana. Salientou que aquela infraestrutura é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, enquanto a infraestrutura existente no concelho da Nazaré é da responsabilidade do Município. Recordou que esta é uma questão já debatida por diversas vezes, considerando que a Câmara Municipal recebeu uma obra que não deveria ter recebido. - Acrescentou que estará em causa uma intervenção com custos muito elevados e informou que, relativamente a esta matéria, será mantida troca de correspondência, documentação que se comprometeu a remeter aos Senhores Vereadores. Acrescentou que a



situação deverá ser devidamente analisada, com vista a apurar a responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e a garantir a sua responsabilização, ainda que parcialmente, pelos custos das obras que se venham a revelar necessárias. Salientou que não poderá ser realizada uma intervenção naquele local de forma indiscriminada, nomeadamente através da utilização de maquinaria para dismantelar o morro e proceder à abertura da estrada, uma vez que os terrenos em causa são de propriedade privada. Recordou ainda que, no final de 2013, a Câmara Municipal foi notificada pelas próprias Infraestruturas de Portugal, alertando para o risco de derrocada da obra. Que, nada foi feito, a partir daí. Que, no momento não terão capacidade financeira para fazer a obra. -----

- Sobre o Funicular da Pederneira, deu nota de que se encontra tudo preparado para que, no dia 31 de agosto, data-limite do PRR, seja efetuada a receção provisória da obra. Informou que tanto o empreiteiro geral como os subempreiteiros terão de ter os respetivos trabalhos concluídos até segunda-feira. Alertou ainda para a necessidade de, nesta matéria, toda a vereação se manter unida. -----

- Igualmente, voltou a referir-se ao episódio ocorrido no dia 20 de agosto, bem como aos trâmites a seguir, conforme anteriormente referido. Informou que já solicitaram uma reunião com a APA e que pretendem igualmente a intervenção do Delegado de Saúde Pública, no sentido de analisar a situação, nomeadamente através da realização de uma auditoria ao procedimento.

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que disse ter percebido a preocupação do Senhor Presidente relativamente à situação da iluminação pública, nomeadamente com a falta de iluminação em alguns arruamentos, salientando que a situação não se verifica apenas no Sítio. Quis dar como exemplo um acidente ocorrido na Estrada Nacional 242, junto à rotunda dos pavilhões, referindo que, durante a noite, a visibilidade será praticamente nula. Salientou tratar-se de uma das principais artérias da Nazaré e que estará em causa uma questão de responsabilidade, considerando que, caso as entidades competentes não deem resposta, o

Município, em bom rigor, terá sempre uma palavra a dizer. Referiu que, ao existirem falhas em situações da responsabilidade de entidades externas, compreende perfeitamente que o Município procure resolver a situação. -----

- Sobre o dístico do Sítio, referiu que, aquando da aprovação do Regulamento, em sede de discussão, foi levantada a dúvida sobre se o mesmo se destinaria às “Ondas Gigantes” ou aos períodos de maior afluência, ao Sítio. Referiu concordar com o Senhor Presidente quando este afirmou que o Regulamento poderá ainda vir a ser corrigido, atendendo à sua particularidade. Referiu que, quando isso aconteceu, sugeriu, à semelhança do que foi feito relativamente à Taxa Turística e aos esclarecimentos públicos prestados, que o mesmo procedimento fosse adotado para o selo de residente. Referiu que muitas pessoas não terão acesso às redes sociais, apontando como possível solução a utilização do Posto de Turismo, junto ao Santuário de N^a. Senhora da Nazaré, de forma que essa informação possa ser disponibilizada aos munícipes. Referiu, que não estará a afirmar que o Regulamento terá uma eficácia imediata e que tudo irá correr bem. Considerou que se deverá procurar as pessoas, transmitir-lhes quais são os princípios básicos do Regulamento e demonstrar abertura, não fazendo sentido proceder de outra forma. Que, as Festas em honra de N^a. Sra. da Nazaré, será o momento indicado para se testar essa situação. Interveio o Senhor Presidente, para questionar a Dra. Helena Pola sobre se, aquando da elaboração do procedimento relativo ao dístico, o mesmo foi submetido a consulta pública. -----

- A Dra. Helena Pola respondeu que a deliberação da Câmara Municipal foi tomada no dia 21 de abril, tendo sido publicada em Diário da República no dia 29 de abril, após o que decorreu um período de 30 dias úteis de discussão pública. Informou ainda que o procedimento foi disponibilizado no sítio da Câmara Municipal e que o assunto apenas posteriormente regressou à discussão, para posterior envio, tendo também sido publicado Edital, e terá decorrido quase um mês e meio. Interveio o Senhor Presidente, para perguntar ao Senhor Vereador Milton Estrelinha



quantos contributos apresentou, durante os 30 dias de discussão pública, relativamente ao selo do Sítio. Respondeu o Senhor Vereador Milton Estrelinha, que as questões colocadas foram feitas na qualidade de Vereador. Referiu que, para si, o Regulamento é claro, não tendo dúvidas quanto ao seu conteúdo, mas que se encontra a zelar pela sua aplicabilidade. -----

Acrescentou que lhe chegam muitas dúvidas por parte dos munícipes, designadamente das pessoas do Sítio, e que, aquando da votação do Regulamento, já tinha solicitado que fossem falar com as pessoas do Sítio. -----

- Interveio o Senhor Vereador Miguel Sousinha, para acrescentar que os processos têm sido respondidos e que muitos deles dão entrada por via de correio eletrónico. -----

- O Senhor Presidente referiu que todas as pessoas na Nazaré, relativamente a este tipo de procedimento, dispõem sempre de um período de 30 dias para apresentar os seus contributos, encontrando-se a informação disponível no sítio da Internet do Município, onde os mesmos podem ser apresentados. Que, falaram com as pessoas do Sítio. O Senhor Vereador Milton Estrelinha, reiterou que pretende apenas uma completa aplicabilidade do Regulamento, considerando que lhe parece que não foram ouvidas as pessoas. Referiu que nenhum Regulamento será perfeito e que votou favoravelmente o dístico do Sítio, pretendendo apenas que as dúvidas sejam dissipadas, que exista uma aproximação à população, que seja assegurada a sua aplicabilidade e que se trate de um documento evolutivo. -----

- Sobre a aplicação de glifosato, referiu ter presente que foi realizado um estudo sobre a matéria e que, posteriormente, o Município acabou por adotar outro tipo de iniciativas. -----

- Relativamente ao que foi referido pelo Senhor Vereador João Graça, acrescentou que também já havia solicitado que os Vereadores fossem convidados a participar aquando da vinda das entidades à Nazaré. -----

- Quanto ao Funicular, referiu que se encontra ali para contribuir para que o Concelho da Nazaré avance, mas que quer ter informação. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Sousinha, para referir que, relativamente à iluminação na rotunda da Estrada Nacional 242, não terá ocorrido qualquer avaria ou queda de iluminação, encontrando-se a existente em funcionamento. -----

- Interveio o Senhor Vereador Milton Estrelinha, para referir que a iluminação existente será insuficiente. O Senhor vereador Miguel Sousinha disse que iriam reforçar esse pedido junto da E-Redes. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Vanda Santos**, para questionar, ainda relativamente ao selo do Sítio, se, por ocasião das Festas do Sítio, já se encontrava definido um horário provisório para a interdição do trânsito. **Respondeu o Senhor Vereador Miguel Sousinha**, informando que o plano se encontrava praticamente fechado, designadamente quanto aos horários e aos locais onde seria efetuada a interdição do trânsito, estando em preparação a respetiva divulgação. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

543/2026 - ATA DE REUNIÃO

Presente a ata da reunião ordinária número dezasseis **de 11 de agosto 2026**, para leitura, discussão e votação. -----

Deliberado por unanimidade, aprovar. -----

544/2026 - 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PPI

Para apreciação e votação do Órgão Executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente informação n.º 513/UGR/2026, datada de 2026.08.19, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que questionou o Senhor Presidente sobre se iria prestar algum esclarecimento relativamente ao ponto em apreciação. -----



- O Senhor Presidente, respondeu negativamente, referindo que foi enviada toda a descrição das operações, não tendo mais nada a acrescentar relativamente ao exposto pela Senhora Chefe de Divisão da DAF. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha, que, reportando-se à intervenção inicial do Senhor Presidente relativamente às infraestruturas, nomeadamente à falta de cuidado de algumas delas e à necessidade de obtenção da informação devida, considerou curioso que, na presente alteração modificativa ao orçamento, uma das diminuições propostas incidisse precisamente sobre a reabilitação da Avenida do Município, dando como exemplo o abatimento ou buraco a céu aberto existente junto ao funicular, na referida Avenida. -----

- Referiu que, quer para o ano de 2027, quer para o ano de 2028, verifica-se uma diminuição da dotação orçamental destinada a viadutos, arruamentos e obras complementares, concretamente no que respeita à reabilitação da Avenida do Município, no montante aproximado de 1,3 milhões de euros. Acrescentou acreditar que tal situação seria posteriormente contemplada no próximo orçamento, mas considerou existir uma falta de coerência entre o referido na intervenção inicial e a proposta apresentada. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente, que, em resposta, questionou em que local, de que forma e com que finalidade, seria realizada a reabilitação da Avenida do Município, referindo que o atual Executivo não pretendia realizar intervenções pontuais, mas sim obras estruturantes. Acrescentou que, caso se procedesse à reabilitação da Avenida do Município, esta deveria abranger todo o seu percurso, desde o funicular até à zona junto ao mar. -----

- Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha, referindo que, se para o Senhor Presidente uma intervenção no valor de 1,3 milhões de euros constituía uma intervenção pontual, ficaria a aguardar a apresentação da carteira de obras do atual Presidente da Câmara Municipal. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que referiu que o Senhor Vereador tinha compreendido o sentido da sua intervenção, acrescentando que a carteira de obras do atual Executivo, quando comparada com a atividade desenvolvida pelos anteriores Executivos nos últimos dez anos, não teria comparação possível, considerando que o atual Executivo já teria realizado, nos primeiros meses de mandato, mais intervenções do que as realizadas anteriormente durante esse período.

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, esclarecendo que não exerceu funções de vereador durante os últimos dez anos. -----

- **Prosseguiu o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, referindo que teve oportunidade de acompanhar a situação e que tinha conhecimento de que, no passado, existiram dúvidas relativamente à mesma. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que apelou ao encerramento deste tipo de discussão, considerando que, caso contrário, a reunião ficaria sucessivamente centrada nas questões relativas aos últimos dez anos. Referiu que a anterior gestão da Câmara Municipal da Nazaré teria sido tão negativa que o Senhor Vereador Milton Estrelinha procuraria distanciar-se do que ocorreu durante esse período. Acrescentou que o Senhor Vereador exerceu funções de nomeação, designadamente como adjunto do Presidente da Câmara, considerando, por isso, que teve intervenção no âmbito da gestão municipal durante esse período. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que contestou as afirmações do Senhor Presidente, esclarecendo que exerceu funções como adjunto do Presidente da Câmara Municipal apenas durante os últimos quatro anos, e não durante dez anos. Referiu que, caso lhe fossem imputadas responsabilidades relativamente às áreas que estavam sob a sua competência durante esses quatro anos, o Senhor Presidente teria toda a liberdade e legitimidade para o fazer. -----

- Acrescentou que, relativamente aos últimos dez anos, não exerceu funções políticas na Nazaré, reiterando que apenas exerceu funções como adjunto do Presidente da Câmara Municipal



durante quatro anos. Referiu ainda que reconhecia a existência de aspetos positivos e negativos na gestão do Partido Socialista durante esse período, afirmando que nem tudo o realizado mereceria o seu orgulho, tendo existido situações que correram menos bem e pelas quais foram assumidas responsabilidades à data, mas também outras que correram bem. -----

- Considerou, por fim, que a referência aos últimos dez anos constituiria uma estratégia do atual Executivo, pelo menos enquanto se mantivesse em funções, solicitando que, caso fossem imputadas responsabilidades à sua atuação, estas fossem circunscritas aos quatro anos em que exerceu funções como adjunto do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que agradeceu a intervenção do Senhor Vereador e declarou que, para que ficasse claro, passaria a referir-se aos quatro anos, em vez dos dez anos anteriormente mencionados. -----

- **Usou da palavra a Senhora Doutora Helena Pola**, Chefe de Divisão da DAF - Divisão Administrativa e Financeira, que prestou um esclarecimento relativamente ao objetivo da presente alteração modificativa ao orçamento. -----

- Referiu que, de acordo com o parecer do FAM - Fundo de Apoio Municipal, constante igualmente do processo relativo à aprovação dos compromissos plurianuais, que seria apreciado e votado mais adiante na presente ordem de trabalhos, se tornou obrigatória a realização da presente alteração modificativa ao orçamento, uma vez que os anos de 2027 e 2028 não contemplavam os valores necessários, de acordo com a calendarização da execução financeira da obra da Escola Amadeu Gaudêncio. -----

- Esclareceu que a alteração modificativa se destina, assim, a permitir a aprovação, com a necessária legitimidade e legalidade, da execução da referida obra e dos respetivos compromissos plurianuais. -----

- Explicou que, aquando da elaboração do orçamento atualmente em vigor, não existia ainda informação relativamente ao cronograma financeiro da obra para os anos de 2027 e 2028, razão

pela qual estavam previstos nesses anos valores meramente residuais. Acrescentou que, conforme consta do parecer do FAM, designadamente no último parágrafo da página quatro, seria necessário proceder à redução de dotações inscritas no PPI - Plano Plurianual de Investimentos, relativas a outros projetos, de forma a permitir a inscrição dos valores necessários à execução da obra da Escola Amadeu Gaudêncio. -----

- Referiu que o esforço para alcançar os valores necessários foi significativo, envolvendo os serviços da área financeira e o Gabinete da Presidência, através da redução temporária das dotações de outros projetos. -----

- Esclareceu, contudo, que tal procedimento não significa que esses projetos fiquem definitivamente comprometidos, uma vez que, logo que seja possível, designadamente após a assinatura do termo de aceitação, os respetivos valores serão novamente reforçados e repostos.

- Salientou que a presente alteração modificativa não foi efetuada com o objetivo de impedir ou deixar de executar a obra prevista para os anos de 2027 e 2028, mas apenas para assegurar o cumprimento das exigências legais, financeiras e orçamentais decorrentes da atual calendarização da obra. -----

- Acrescentou que, caso a candidatura venha a ser aprovada, os valores serão repostos nos projetos de origem. Caso a candidatura não seja aprovada, caberá ao Senhor Presidente e ao Executivo Municipal decidir se a obra será executada, tendo em consideração que, do ponto de vista financeiro, ficou demonstrado que o Município dispõe de condições para realizar a obra com recursos próprios, embora tal opção implique a necessidade de abdicar ou adiar outras intervenções. -----

- Concluiu referindo, que essa será uma decisão de natureza política, a tomar oportunamente pelo Executivo Municipal, reiterando que a presente alteração modificativa constitui apenas uma questão de natureza administrativa, legal, financeira e orçamental, não traduzindo qualquer intenção de não executar a obra prevista. -----



Deliberado por unanimidade, aprovar a 3ª. Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e PPI e remeter à Assembleia Municipal para deliberação final. -----

545/2026 – RELAÇÃO DE DESPACHOS DO MÊS DE JULHO 2026

Para conhecimento do Órgão executivo, é presente informação n.º 92/GSIG/2026, datada de 2026.08.11, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

546/2026 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO ATO QUE APROVOU O PROJETO DE ARQUITETURA – CAMARÇÃO - FAMALICÃO

Presente processo de Obras n.º 124/25, com requerimento n.º 999/25, local – Camarçã – Famalicão, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade concordar, com a declaração de caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão da Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, em regime de substituição. -----

547/2026 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE VIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, PISCINA E MUROS – RUA ABÍLIO MATTOS E SILVA N.º 14 (LOTE 5) – NAZARÉ

Presente processo de Obras n.º 58/26, com requerimento n.º 166/26, local – Rua Abílio Mattos e Silva n.º 14 (lote 5) – Nazaré, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade concordar, com a proposta de decisão desfavorável ao pedido de informação prévia, nos termos da proposta de decisão da Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, em regime de substituição. -----

548/2026 - INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE A VIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR COM PRÉVIA DEMOLIÇÃO TOTAL DO EXISTENTE, SITO NA AVENIDA NOGENT-SUR-MARNE E BECO DE OLIVENÇA, NAZARÉ

Presente processo de Obras n.º 862/25, com requerimento n.º 2331/25, Estrada Nacional 242 Avenida Nogent-Sur-Marne, n.º 64 e Beco da Olivença, n.º 29 — Nazaré, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade concordar, com a proposta de decisão desfavorável ao pedido de informação prévia, nos termos da proposta de decisão da Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, em regime de substituição. -----

549/2026 - LICENCIAMENTO PARA OBRAS DE EDIFICAÇÃO - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE – CASAL DAS NEVES, FAMALICÃO

Presente processo de Obras n.º 436/23, com requerimento n.º 1446/26, Casal das Neves, Famalicão, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade concordar, com a declaração de caducidade do licenciamento, nos termos da proposta de decisão da Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, em regime de substituição. -----

550/2026 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E LEGALIZAÇÃO DE TELHEIROS AGRÍCOLAS – RUA MOITA DOS PATARATAS N.º 7- VALADO DOS FRADES

Presente processo de Obras n.º 137/26, com requerimento n.º 660/26, Rua Moita dos Pataratas, n.º 7 – valado dos Frades, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, o projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão da Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, em regime de substituição. -----



551/2026 - LICENCIAMENTO DE LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES REALIZADAS DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA NO EDIFÍCIO – RUA NOVA N.º 15 FAMALICÃO

Presente processo de Obras n.º 493/26, com requerimento n.º 1395/26, Rua Nova, n.º 15 - Famalicão, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

O Senhor Presidente declarou impedimento, ausentou-se da reunião e não votou o ponto. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, o projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão da Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, em regime de substituição. -----

552/2026 – ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – FONTE DO POVO-SERRA DA PESCARIA – FAMALICÃO

Presente processo de loteamento n.º 4/04, com requerimento n.º 773/26, local - Fonte do Povo Serra da Pescaria - Famalicão, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

O Senhor Presidente regressou à reunião. -----

Deliberado por unanimidade concordar, com o indeferimento do pedido de alteração à operação de loteamento, nos termos da proposta de decisão da Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico., em regime de substituição. -----

553/2026 – INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA ÁREA DE SERVIÇO PARA AUTOCARAVANAS (ASA) NUM PRÉDIO – RUA DO MARCÃO – SERRA DA PESCARIA FAMALICÃO

Presente processo de obras n.º 344/26, com requerimento n.º 963/26, local – Rua do Marcão - Famalicão, acompanhado de informação Técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade concordar, com a proposta de decisão desfavorável ao pedido de informação prévia, nos termos da proposta de decisão da Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, em regime de substituição. -----

554/2026 - PROJETO: "AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA AMADEU GAUDÊNCIO" - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para apreciação e votação do Órgão Executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final é presente informação n.º 613/SCPGP/2026, datada de 2026.08.19, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita.

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que começou por congratular-se com o avanço do processo, manifestando o desejo de que a obra venha efetivamente a ser concretizada, por se tratar de uma intervenção há algum tempo aguardada. -----

- Colocou, contudo, algumas questões relativamente à informação anexa ao processo, nomeadamente no que respeita à exclusão dos trabalhos de fiscalização, coordenação de segurança em obra e plano de comunicação. Considerou que a questão do plano de comunicação poderia ser facilmente assegurada pelos serviços do Município. -----

- Relativamente à fiscalização, salientou tratar-se de uma empreitada de grande envergadura e referiu, a título de exemplo, a experiência relacionada com o funicular, considerando que, em intervenções desta natureza, lhe tinha sido anteriormente recomendado que se recorresse a fiscalização externa, de forma a garantir um acompanhamento adequado e diário da execução dos trabalhos. -----

- Questionou, assim, se a retirada do respetivo valor significava que não seria contratada fiscalização externa e que a fiscalização da empreitada seria assegurada exclusivamente pelos serviços municipais, ou se, pelo contrário, tinha ocorrido apenas uma redução ou retirada de determinadas rubricas relativas à fiscalização, coordenação e segurança em obra. -----



- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que referiu considerar que tinha ocorrido a retirada do valor em causa, passando, de seguida, a palavra ao Senhor Édi Milhazes, Adjunto do Senhor Presidente. -----
- **Usou da palavra o Senhor Édi Milhazes**, Adjunto do Senhor Presidente, que cumprimentou os presentes e solicitou o eventual auxílio da Senhora Doutora Helena Pola para a correção de alguma informação que não estivesse em conformidade. -----
- Esclareceu que a aprovação do compromisso plurianual relativo à fiscalização se encontra abrangida pelas competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal e que a fiscalização será assegurada através da contratação de uma empresa externa. Sublinhou que esta contratação não será realizada no âmbito da própria empreitada da obra, mas através de procedimento autónomo, não sendo necessária, para o efeito, a aprovação da Assembleia Municipal. -----
- Esclareceu ainda que o facto de o valor relativo à fiscalização não constar do presente processo não significa que tenha sido eliminado ou que não venha a ser realizada fiscalização externa. -----
- **Usou da palavra a Senhora Doutora Helena Pola**, Chefe de Divisão da DAF – Divisão Administrativa e Financeira, que esclareceu que estão em causa empreitadas distintas e que, nos termos do artigo 18.º das Normas de Execução do Orçamento, o valor relativo à aprovação do compromisso plurianual da fiscalização se encontra abrangido pelas competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- Acrescentou que, por esse motivo, o referido procedimento não consta do presente processo, uma vez que a competência para a sua aprovação não pertence ao órgão que se encontra a apreciar o presente assunto. -----
- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que agradeceu os esclarecimentos prestados, referindo que as questões colocadas resultavam da informação constante do anexo ao processo. -----

- Solicitou ainda que, caso o Senhor Presidente assim o entendesse, e tendo em consideração o conjunto de competências que lhe foram delegadas, fosse, futuramente, dado conhecimento aos membros da vereação dos procedimentos e decisões adotados pelo Senhor Presidente no exercício dessas competências, ainda que se encontrem abrangidos pela sua esfera de competência. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que, em resposta, questionou se tal solicitação significaria que deveria passar a comunicar aos Senhores Vereadores cada passo que tomasse, cada assunto que tratasse no Município e cada decisão que proferisse, considerando que tal implicaria uma quantidade excessiva de informação. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que esclareceu que a sua intervenção não deveria ser interpretada literalmente, referindo que se reportava, sobretudo, a assuntos de maior relevância e valor. -----

- A título de exemplo, estabeleceu uma comparação com o procedimento anteriormente em vigor, segundo o qual, e salvo erro, determinados assuntos a partir do montante de 150.000,00 euros teriam de ser submetidos a reunião de Câmara. -----

- Referiu, que o Senhor Presidente era livre de entender que não pretendia prestar determinada informação, considerando, contudo, que seria desejável que determinadas decisões e procedimentos fossem levados ao conhecimento da Câmara Municipal. -----

- Reiterou, por fim, que reconhecia a legitimidade do Senhor Presidente para não prestar esse tipo de informação, caso assim o entendesse. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que agradeceu a intervenção do Senhor Vereador e referiu que, relativamente aos assuntos de maior importância, o Executivo Municipal fazia questão de os comunicar aos membros da vereação. -----

- Acrescentou que tinha sido o próprio Senhor Vereador a fazer referência ao modo de funcionamento anterior e, nesse contexto, reportando-se aos últimos quatro anos, afirmou ter a



certeza de que o Senhor Vereador Milton Estrelinha, enquanto Adjunto do Presidente da Câmara Municipal, transmitia aos restantes vereadores todas as informações relativas aos assuntos que decorriam no Município. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que garantiu que, durante o período em que exerceu funções, prestou todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados pelos Senhores Vereadores, relativamente às matérias que se encontravam sob a sua responsabilidade. Reiterou que, no presente caso, estava apenas a formular um pedido ao Senhor Presidente, a quem caberia decidir se o acolhia ou não. -----

- Referiu ainda que, de acordo com a sua memória, durante o período em que exerceu funções, todos os pedidos de esclarecimento apresentados pelos Senhores Vereadores, no âmbito das suas competências, foram devidamente respondidos e as respetivas informações prestadas. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que considerou que a intervenção anterior do Senhor Vereador não tinha correspondido ao pedido agora formulado, uma vez que inicialmente teria solicitado que todos os assuntos tratados pelo Presidente fossem comunicados à vereação, enquanto, posteriormente, teria referido que apenas pretendia que fossem prestados esclarecimentos relativamente aos assuntos que lhe fossem solicitados. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço**, que, reportando-se à sua experiência, referiu que a informação transmitida aos vereadores durante o anterior Executivo não era tão abrangente, sendo prestada, sobretudo, na sequência dos pedidos efetuados pelos próprios vereadores. -----

- A esse propósito, referiu que, durante o período em causa, também não era convidada para acompanhar todas as visitas ou iniciativas realizadas na Câmara Municipal da Nazaré, dando como exemplo as visitas de membros do Governo ao Município. -----

- Considerou, assim, que o Senhor Vereador Milton Estrelinha tinha legitimidade para solicitar informações ao Senhor Presidente, devendo, contudo, ter presente que, anteriormente, a

informação também não era transmitida de forma generalizada, sendo prestada, nos últimos quatro anos, quando solicitada pelos vereadores. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que esclareceu que o que tinha feito era apenas um pedido, reconhecendo que as competências delegadas no Senhor Presidente não eram atualmente as mesmas que existiam no anterior mandato. -----

- A título de exemplo, referiu que, durante os quatro anos anteriores, em que o Executivo dispunha de maioria absoluta, as aquisições de valor superior a 150.000,00 euros eram submetidas a reunião da Câmara Municipal para deliberação pelos respetivos membros, situação que atualmente não se verifica. -----

- Acrescentou que as atuais competências foram legitimamente definidas pelo Executivo, não tendo o próprio participado nessa decisão, reiterando que tal situação não constituía, para si, qualquer problema. -----

- Referiu novamente, que apenas havia formulado uma solicitação ao Senhor Presidente e que, caso este entendesse prestar a informação, assim procederia, caso contrário, aceitaria igualmente a decisão. -----

- Relativamente às informações e convites realizados durante o período em que exerceu funções, afirmou que, dentro das suas responsabilidades, respondeu aos pedidos apresentados pela Senhora Vereadora Fátima Lourenço e prestou os respetivos esclarecimentos. Acrescentou que, relativamente aos convites efetuados nos últimos quatro anos, já não dispunha de acesso ao seu endereço de correio eletrónico institucional, pelo que não poderia apresentar os respetivos registos, embora afirmasse ter memória da sua existência. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço**, que considerou tratar-se de uma questão sem relevância, referindo que, sempre que o Senhor Vereador Milton Estrelinha considere não existir transparência ou pretenda solicitar qualquer informação ao Senhor Presidente, poderia fazê-lo, sendo a informação disponibilizada quando solicitada. -----



- Acrescentou, que não existe qualquer intenção de ocultar informação, quer ao Senhor Vereador Milton Estrelinha, quer aos restantes membros da vereação. -----
- Aproveitou ainda a oportunidade para se dirigir à população do Município da Nazaré, enquanto moradora do Sítio, referindo que todos os munícipes que tenham dúvidas relativamente a qualquer assunto poderão dirigir-se à Câmara Municipal, contactar os serviços por telefone ou correio eletrónico, ou utilizar qualquer outro meio de comunicação disponível, sendo assegurado o devido esclarecimento. -----
- Referiu igualmente, a questão do selo do morador do Sítio, apelando aos munícipes que, perante quaisquer dúvidas, utilizem os meios de comunicação disponíveis para solicitar os esclarecimentos necessários, reiterando que não existe qualquer informação que se pretenda ocultar. -----
- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora e reiterou que o Executivo Municipal se encontra disponível para prestar esclarecimentos à população e responder às solicitações dos Senhores Vereadores. -----
- Referiu, contudo, que, atendendo ao elevado volume de trabalho diário, incluindo fora do horário normal de funcionamento, existem situações que podem, pontualmente, não ser comunicadas ou acompanhadas atempadamente. A este propósito, reiterou o pedido de desculpa anteriormente apresentado relativamente à questão relacionada com o MAI - Ministério da Administração Interna. -----
- Esclareceu, contudo, que não seria exequível proceder ao reporte individualizado de todos os assuntos tratados no Município ou diretamente pelo Senhor Presidente. -----
- Acrescentou, ainda assim, que estaria disponível para partilhar a sua agenda com os Senhores Vereadores, caso tal fosse considerado útil. -----
- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que esclareceu que não tinha solicitado o acesso ou a partilha da agenda do Senhor Presidente, reiterando que o seu pedido se limitava à

prestação de informação relativamente a assuntos de maior relevância, designadamente aqueles que, anteriormente, seriam submetidos a reunião da Câmara Municipal em função do respetivo valor. -----

- Referiu, a título exemplificativo, que não pretendia receber informação sobre todas as aquisições ou decisões de menor relevância, mas apenas que lhe fosse dado conhecimento de determinados procedimentos de maior valor ou importância. -----

- Reiterou, que reconhecia a legitimidade do Senhor Presidente relativamente às competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal. -----

- **A Senhora Doutora Helena Pola** interveio, não tendo, contudo, a sua intervenção sido audível, por não ter o microfone ligado. -----

- Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha, que reiterou, que o seu único pedido consistia em que fosse dado conhecimento à vereação dos procedimentos de maior relevância abrangidos pelas competências do Senhor Presidente. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que solicitou ao Senhor Vereador que, em futuras intervenções, formulasse ou reformulasse as suas questões de forma concreta, de modo a permitir uma resposta objetiva. -----

- **Usou da palavra a Senhora Doutora Helena Pola**, Chefe de Divisão da DAF – Divisão Administrativa e Financeira, que, com o objetivo de clarificar a questão anteriormente suscitada, explicou que, quando a despesa ultrapassa o limite da competência própria do Senhor Presidente da Câmara Municipal, designadamente o montante de 150.000,00 euros, a mesma continua a ser despachada e autorizada pelo Senhor Presidente, ao abrigo das competências que lhe foram delegadas. -----

- Esclareceu que, no final de cada mês, todos os atos praticados pelo Senhor Presidente ao abrigo das referidas competências delegadas são submetidos à Câmara Municipal para conhecimento.



- Referiu que a documentação apresentada inclui o processo correspondente ao ato autorizado pelo Senhor Presidente, o respetivo contrato, a publicação e demais elementos que integram o processo, permitindo à Câmara Municipal tomar conhecimento dos atos praticados no âmbito das competências delegadas. -----
- Concluiu, salientando que a disponibilização desta informação à Câmara Municipal constitui uma obrigação legal, a qual é cumprida pelos serviços. -----
- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que agradeceu os esclarecimentos prestados, referindo que, caso esta informação tivesse sido apresentada anteriormente, a discussão não teria sido necessária. Agradeceu, igualmente, ao Senhor Presidente e à Senhora Doutora Helena Pola pelos esclarecimentos prestados. -----
- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Vanda Santos**, que esclareceu não pretender intervir na discussão, mas apenas manifestar, relativamente ao ponto em apreciação sobre a ampliação e requalificação da Escola Básica Amadeu Gaudêncio, o seu agradecimento, em nome dos membros da vereação, pelo convite e pela visita realizada à escola. -----
- Agradeceu igualmente à Senhora Diretora Paula Trindade e ao Senhor Professor Luís Rolim pela receção e pelos esclarecimentos prestados durante a visita, considerando que a mesma foi importante para que os membros da vereação pudessem conhecer melhor as dificuldades e necessidades atualmente existentes na escola. -----
- Salientou a importância da ampliação do número de salas, considerando tratar-se de uma necessidade efetiva da escola, que poderá, inclusivamente, vir a revelar-se insuficiente face às necessidades futuras. -----
- Referiu, ainda, que a visita permitiu verificar que o espaço atualmente existente necessita de uma intervenção de requalificação significativa, atendendo às diversas carências identificadas nas instalações da escola. -----
- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que esclareceu que o assunto em apreciação

correspondia ao Ponto 554 e que o que estava em causa não era uma alteração ao orçamento, mas uma reformulação do mesmo. -----

- Concluiu referindo que era precisamente essa reformulação orçamental que estava na origem da discussão ocorrida. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao Projeto de “Ampliação e Requalificação da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio”, nos termos da Lei dos Compromissos em atraso e deliberado, **remeter à Assembleia Municipal para deliberação final.** -----

555/2026 - EMPREITADA DE: “AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DO POLO DE FAMALICÃO DA USF GLOBAL”.

Para apreciação e votação do Órgão Executivo, é presente informação, da DOMA, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita.

Deliberado por unanimidade aprovar, o pedido de prorrogação de prazo da Empreitada de: Ampliação e Remodelação do Polo de Famalicão da USF Global”. -----

556/2026 – REGULAMENTO DE APOIO À FAMÍLIA – APOIO À NATALIDADE – CANDIDATURA 36/2026 – JULHO – DECISÃO FINAL

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 243/DCS/2026, datada de 2026.08.12, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Duarte**, que esclareceu que o presente ponto se reporta à decisão final relativa à candidatura n.º 36/2026, a qual foi devidamente analisada, tendo-se concluído que não se encontravam reunidas todas as condições necessárias para a atribuição do apoio. -----



- Referiu que, em consequência, é proposto o indeferimento da referida candidatura, com fundamento no artigo aplicável, uma vez que não se encontra cumprido o requisito que determina que a criança esteja registada como natural do concelho da Nazaré. -----

Deliberado por unanimidade indeferir, a candidatura 36/2026, de julho 2026, e iniciar os ulteriores trâmites processuais, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento de Apoio à Família e informação do Gabinete de Ação Social. -----

557/2026 – MINUTA DE ACORDO DE CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ, NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPessoal LDA, E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 515/GCC/2026, datada de 2026.08.19, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que explicou que, no âmbito da reestruturação realizada na Câmara Municipal, foi criado um serviço destinado a centralizar os procedimentos de aquisição, designado por Central de Compras. -----

- Referiu que o principal objetivo desta medida consiste em, aquando da contratação, proceder à negociação conjunta das necessidades das três entidades, concretamente da Câmara Municipal da Nazaré, dos Serviços Municipalizados da Nazaré e da Nazaré Qualifica, E.M., permitindo, posteriormente, que cada entidade seja individualmente faturada pela sua respetiva parcela. -----

- Salientou que esta metodologia permitirá obter uma maior racionalização dos custos e uma maior capacidade negocial junto dos fornecedores, através da agregação das necessidades das três entidades, permitindo alcançar melhores condições e preços de aquisição. -----

- Concluiu referindo, que esta medida constitui, essencialmente, uma forma de gestão dos procedimentos de aquisição, com o objetivo de reforçar a capacidade negocial do Município perante os fornecedores. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que considerou que a iniciativa poderá, em termos gerais, produzir resultados positivos para o Município, designadamente através da obtenção de economias de escala, considerando que o modelo apresentado se encontra, à partida, adequadamente estruturado. -----

- Colocou, contudo, uma questão relativamente ao âmbito dos procedimentos de contratação. Referiu que, no anexo ao protocolo, se encontra identificado um conjunto de objetos de procedimento, correspondentes a determinadas áreas e serviços que serão objeto de contratação. -----

- A título exemplificativo, questionou se, num procedimento relativo à contratação de serviços de vigilância privada, uma empresa concorrente poderia apresentar proposta apenas para a Câmara Municipal, ou se seria obrigatoriamente chamada a apresentar proposta para as três entidades abrangidas pelo modelo, concretamente a Câmara Municipal, os Serviços Municipalizados e a Nazaré Qualifica. -----

- Solicitou, assim, esclarecimentos relativamente à orientação que o Executivo pretende adotar nesta matéria e à forma como tal questão será concretizada nos respetivos cadernos de encargos e procedimentos de contratação. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que esclareceu que não caberá às empresas escolher as entidades para as quais pretendem apresentar proposta. -----

- Referiu, que será o Município a definir as necessidades e as condições do procedimento, sendo os procedimentos de contratação lançados conjuntamente para as três entidades. Assim, as empresas concorrentes terão de apresentar os respetivos preços para a totalidade das necessidades identificadas pelas três entidades. -----

- Acrescentou que, caso uma empresa pretenda apresentar proposta apenas para uma das entidades ou para uma parte das necessidades, tal não será aceite, uma vez que o procedimento será estruturado de forma conjunta. -----



Usou da palavra o Senhor Vereador João Graça, que considerou estar em causa um novo modelo de contratação, previsto na legislação aplicável, mas manifestou algumas dúvidas relativamente à sua implementação e aos respetivos impactos financeiros. -----

- Questionou qual será a intenção do Município relativamente à calendarização das contratações, designadamente quando serão realizados os procedimentos e efetuados os respetivos cabimentos e compromissos, questionando se tal ocorrerá ainda durante o corrente ano ou no início do próximo ano. -----

- Questionou igualmente quais serão os impactos destes compromissos ao nível dos fundos disponíveis e se a Câmara Municipal terá capacidade financeira para assumir um conjunto significativo de contratações, eventualmente concentradas num mesmo período ou num intervalo de dois a três meses, mas com compromissos que poderão abranger todo o ano. -----

- Nesse contexto, questionou se os compromissos e respetivos cabimentos serão assumidos de forma anual ou plurianual, ou se se prevê a sua repartição por períodos mais curtos, designadamente trimestrais. -----

- Salientou que, nos últimos anos, se têm verificado constrangimentos relacionados com os fundos disponíveis em determinados períodos do ano, pelo que considerou importante assegurar que o novo modelo de contratação seja compatível com a capacidade financeira do Município. -----

- Questionou ainda se será assegurada uma gestão e acompanhamento específico dos compromissos resultantes deste modelo, de forma a evitar que a concentração de procedimentos de aquisição de bens e serviços possa comprometer a capacidade financeira da Câmara Municipal para assumir outros investimentos, designadamente investimentos em obras.

- Por fim, questionou o funcionamento dos fluxos financeiros entre as três entidades envolvidas, concretamente entre a Câmara Municipal, os Serviços Municipalizados e a Nazaré Qualifica, designadamente se haverá lugar a transferências financeiras para a Câmara Municipal, enquanto

entidade responsável pela gestão dos procedimentos de contratação, ou se cada entidade procederá diretamente ao pagamento da respetiva despesa. -----

- Solicitou, assim, esclarecimentos quanto ao modelo de gestão financeira associado aos procedimentos, designadamente sobre a responsabilidade da entidade que ficará responsável pela gestão dos processos de contratação. -----

- **Usou da palavra a Senhora Doutora Helena Pola**, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que, relativamente ao assunto em apreciação, esclareceu que está em causa um agrupamento de entidades adjudicantes, pelo que, atendendo aos valores envolvidos, os respetivos procedimentos de contratação serão, à partida, objeto de concurso público. -----

- Explicou, que a constituição do agrupamento teve como objetivo identificar áreas em que existam custos comuns às três entidades, procurando obter vantagens, quer em termos financeiros, quer em termos administrativos, através da redução do trabalho associado ao desenvolvimento dos procedimentos de contratação. -----

- Esclareceu, contudo, que a constituição do agrupamento não prejudica nem altera as competências próprias de cada uma das entidades. A Câmara Municipal assumirá a liderança do agrupamento, competindo-lhe proceder à abertura dos procedimentos na plataforma de contratação pública, reunir a documentação necessária e assegurar a elaboração das respetivas peças procedimentais, designadamente o programa do concurso e o caderno de encargos. Estas peças deverão ser aprovadas pelas três entidades, relativamente aos respetivos lotes. -----

- Mais esclareceu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, dispondo de competência própria até ao montante de 150.000,00 euros e, acima desse valor, mantendo competência por via de delegação, procederá à aprovação do lote correspondente à Câmara Municipal, quer quanto à componente financeira, quer quanto ao respetivo conteúdo técnico e às especificações dos serviços a contratar. -----



- Relativamente aos restantes lotes, designadamente o correspondente aos Serviços Municipalizados, a respetiva aprovação será da competência do Conselho de Administração, cabendo igualmente a cada entidade assegurar os fundos disponíveis, os compromissos e os demais procedimentos necessários à celebração e execução dos contratos que resultem das respetivas adjudicações. -----
- Salientou que cada entidade suportará exclusivamente a despesa que lhe corresponda, não assumindo a Câmara Municipal os encargos das restantes entidades. -----
- No que respeita à articulação dos prazos de vigência dos contratos, esclareceu que serão considerados os períodos de vigência dos contratos existentes em cada uma das três entidades. A título exemplificativo, referiu que, caso uma das entidades disponha de um contrato de segurança em vigor até 31 de dezembro, o novo contrato apenas poderá produzir efeitos a partir do dia 1 de janeiro, devendo ser assegurada a necessária concertação dos diferentes prazos. Quando existam períodos de vigência distintos, essa circunstância será devidamente refletida no respetivo lote e nas peças do procedimento. -----
- Por fim, referiu que se prevê que os contratos tenham, em princípio, uma duração de três anos, considerando que um período contratual mais alargado poderá permitir a obtenção de melhores condições por parte das entidades contratantes, bem como reduzir o trabalho administrativo associado à realização anual de novos procedimentos de contratação. -----
- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que acrescentou que, para além das questões anteriormente esclarecidas pela Senhora Doutora Helena Pola, pretende igualmente melhorar a organização e o planeamento dos procedimentos de contratação pública. -----
- Referiu que, a partir de determinada altura do ano, designadamente a partir do mês de setembro, os serviços municipais acabam por dedicar uma parte significativa do seu tempo à preparação dos procedimentos de contratação para o ano seguinte. Nesse sentido, considerou que a realização de procedimentos com uma duração de três anos permitirá ao Município obter

uma maior capacidade negocial, designadamente nas áreas de despesa mais significativas e transversais às três entidades. -----

- Salientou que a intenção é proceder à contratação, sempre que tal seja possível, por um período de três anos, abrangendo o período até ao final do atual mandato do Executivo, ressalvando, contudo, que tal não pretende, de forma alguma, condicionar as opções ou decisões do Executivo que vier a suceder. -----

- Acrescentou, que o principal objetivo desta solução consiste em assegurar uma maior organização e capacidade de planeamento, bem como reforçar a capacidade de negociação das entidades envolvidas, permitindo, relativamente às principais rubricas de despesa, estabelecer compromissos plurianuais e garantir maior estabilidade para os próximos três anos. -----

- Por fim, reiterou que cada uma das entidades continuará a suportar exclusivamente a respetiva quota-parte dos encargos, de acordo com as suas necessidades e responsabilidades, não sendo transferidos para qualquer das entidades os custos que correspondam às restantes. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes entre o Município da Nazaré, Nazaré Qualifica, Unipessoal Lda. e os Serviços Municipalizados da Nazaré. -----

558/2026- REGULAMENTO DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO DA NAZARÉ (RAADCN) ATIVIDADES DE CARÁTER REGULAR - PROPOSTA DOS VALORES CALCULADOS PARA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS COLETIVIDADES DESPORTIVAS - ANO 2026

Para apreciação e votação do Órgão executivo, é presente informação n.º 436/SAFDJ/2026, datada de 2026.08.19, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

O Senhor Vereador Milton Estrelinha declarou impedimento, ausentou-se da reunião e não votou o ponto. -----



Deliberado por unanimidade aprovar a proposta dos valores calculados para atribuição de subsídios às coletividades desportivas – Ano 2026. -----

559/2026 – RELATÓRIO ANÁLISE CANDIDATURAS APOIO ASSOCIATIVISMO- ATIVIDADE REGULAR 2026

Para apreciação e votação do Órgão Executivo, é presente informação n.º 381/GAEC/2026, datada de 2026.08.19, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

O Senhor Vereador Milton Estrelinha regressou à reunião. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço**, que, relativamente ao ponto em apreciação, informou que se trata do relatório de análise das candidaturas ao apoio ao associativismo, propondo-se a atribuição de apoio financeiro às atividades regulares da Associação da Biblioteca da Nazaré, do Grupo Etnográfico Danças e Cantares e do Grupo Carnavalesco “Os Tافل”, no montante global de 4.462,50 euros, em conformidade com a análise técnica e documental efetuada pelos serviços. -----

- Esclareceu, que a atribuição dos apoios ficará condicionada à devida comprovação das despesas, em cumprimento do regulamento em vigor. -----

- Referiu ainda que, na sequência da intervenção anteriormente proferida pelo Senhor Vereador Milton Estrelinha, relativamente à importância da aplicabilidade dos regulamentos, o presente processo constitui um exemplo concreto da aplicação do respetivo regulamento de apoio ao associativismo, salientando que, neste caso, foram efetuadas as necessárias análises técnicas e documentais às candidaturas apresentadas pelas três associações, encontrando-se igualmente definido o montante de apoio a que cada uma tem direito. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que esclareceu que não pretendeu afirmar que o regulamento não tivesse sido aplicado, mas antes salientar que qualquer

regulamento poderá apresentar lacunas e que a sua aplicação prática permite, eventualmente, identificar aspetos suscetíveis de melhoria. -----

- Agradeceu à Senhora Vereadora e aos serviços o trabalho desenvolvido, referindo que o processo, após o respetivo período de análise, foi finalmente submetido à apreciação da Câmara Municipal para aprovação. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço**, que agradeceu o reconhecimento manifestado pelo Senhor Vereador, salientando, contudo, que o mérito do trabalho desenvolvido deve ser atribuído, sobretudo, aos técnicos dos serviços, cujo desempenho considerou excecional, deixando expressamente o seu agradecimento pelo trabalho por estes realizado. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, o Relatório de Análise das Candidaturas Apoio Associativismo – Atividade Regular 2026. -----

560/2026 - PROTOCOLO DE GESTÃO PROVISÓRIA ENTRE A MUSEUS E MONUMENTOS DE PORTUGAL, E.P.E., A CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ E A NAZARÉ QUALIFICA, E.M., RELATIVAMENTE AO MUSEU ETNOGRÁFICO E ETNOLÓGICO DR. JOAQUIM MANSO;

Para apreciação e votação do Órgão Executivo, é informação n.º 384/DECP/2026, datada de 2026.08.19, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que informou que o Museu Dr. Joaquim Manso terá a sua reabertura no dia 8 de setembro, referindo que o protocolo em apreciação visará assegurar a gestão daquele equipamento através da Nazaré Qualifica. -----

- Esclareceu que a opção pela Nazaré Qualifica se prende, designadamente, com o facto de aquela entidade já estar a realizar um investimento associado ao sistema de bilhética do Museu, bem como com a possibilidade de assegurar a comercialização de merchandising relacionado



com o próprio Museu e com a Praia do Norte, designadamente através da disponibilização desses produtos no espaço do equipamento. -----

- Considerou, assim, que a articulação entre a Câmara Municipal e a Nazaré Qualifica permitirá assegurar uma gestão mais adequada e eficiente do equipamento. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço**, que acrescentou que o protocolo permitirá assegurar a gestão corrente e a valorização do Museu, bem como a respetiva gestão durante o período em que decorrem os trâmites legais e financeiros necessários à transferência definitiva do equipamento para o Município. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que, a título complementar, esclareceu que, no âmbito da delegação de competências, será igualmente revogada a situação atualmente existente relativamente à Nazaré Qualifica, logo que se verifique a transferência definitiva da gestão do equipamento, nos termos aplicáveis. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que começou por manifestar a sua satisfação pela reabertura do Museu Dr. Joaquim Manso, considerando tratar-se de um espaço de grande importância para o concelho da Nazaré, cujo encerramento se prolongou por demasiado tempo, e que permitirá complementar a oferta cultural existente. -----

- Esclareceu, contudo, que, sem prejuízo da sua posição favorável à reabertura do Museu, pretendia colocar algumas questões relativamente ao protocolo em apreciação. -----

- Em primeiro lugar, referiu que o papel atribuído à Nazaré Qualifica não se encontra, no seu entendimento, suficientemente clarificado no texto do protocolo, existindo alguma divergência entre o conteúdo do documento e os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente. Questionou, por isso, qual será concretamente o papel da Nazaré Qualifica e a razão da sua intervenção na gestão do equipamento, considerando que essa matéria poderia e deveria encontrar-se mais claramente definida no protocolo. -----

- De seguida, questionou a situação relativa ao financiamento do Museu por parte do Estado, considerando que este tipo de equipamentos deverá contar com o apoio e a colaboração do Município. Referiu ter presente um financiamento anteriormente previsto no montante de cerca de 102.000,00 euros, tendo sido esclarecido, no decurso da intervenção, que o valor atualmente em negociação ascende a 130.000,00 euros. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço**, que esclareceu que, na sequência da negociação realizada e da respetiva atualização, o montante em causa foi fixado em 130.000,00 euros. -----

- **Retomou a palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que questionou qual é o atual estado e ponto de situação dessa negociação, designadamente se o referido financiamento será efetivamente assegurado pelo Estado. Questionou ainda se, caso o financiamento não venha a ser acolhido, a Câmara Municipal assumirá os respetivos encargos. -----

- Por fim, relativamente à empreitada de requalificação do Museu Dr. Joaquim Manso, referiu ter presente que se tratou de uma obra iniciada nos últimos quatro anos, na qual a Câmara Municipal participou, embora sem responsabilidade direta pela respetiva execução, questionando se a empreitada já se encontra concluída e se já foram realizados o auto de receção e os demais procedimentos administrativos associados à conclusão da obra. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que, em resposta às questões colocadas pelo Senhor Vereador Milton Estrelinha, esclareceu que a empreitada de requalificação do Museu Dr. Joaquim Manso não teve início há quatro anos, mas sim há cerca de seis anos. -----

- Relativamente ao financiamento, informou que o montante de 130.000,00 euros resulta de uma negociação promovida pelo atual Executivo, sendo que, numa fase inicial, o valor anteriormente previsto rondava os 102.000,00 euros. Acrescentou que, mesmo que se mantivesse o valor inicialmente previsto, o Município estaria disponível para avançar, considerando a importância da reabertura do Museu e da sua disponibilização à população. -----



- Informou ainda que a obra se encontra concluída, existindo, contudo, uma intervenção que foi, entretanto, assumida pelo Município, relativa à iluminação do equipamento, com o objetivo de acelerar o processo de abertura. Referiu que se prevê que, nas semanas seguintes, seja concretizado o respetivo protocolo. -----
- Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço, que informou estar a procurar confirmar a data concreta do auto de receção da empreitada, não pretendendo prestar uma informação incorreta ou imprecisa. Esclareceu que, assim que obtiver a confirmação, encaminhará essa informação aos Senhores Vereadores. -----
- Referiu que a obra se encontra concluída, subsistindo apenas algumas questões pontuais, designadamente a colocação de algumas tampas relativas à iluminação, que o empreiteiro já se disponibilizou a resolver. -----
- Informou igualmente que a exposição museográfica já se encontra instalada, de acordo com o projeto desenvolvido e financiado pela Museus e Monumentos de Portugal, encontrando-se, deste modo, reunidas as condições para a abertura do Museu ao público. -----
- Acrescentou que é intenção do Município proceder, com a maior brevidade possível, ao auto de transferência do equipamento, momento a partir do qual o protocolo agora em apreciação deixará de produzir efeitos. Nessa altura, relativamente à intervenção da Nazaré Qualifica, será elaborado um novo protocolo, que será submetido à apreciação da Câmara Municipal, permitindo definir e clarificar as respetivas responsabilidades. -----
- Usou da palavra o Senhor Presidente, que acrescentou que a empreitada teve início há cerca de seis anos, tendo permanecido, segundo os elementos de que o Município dispõe, praticamente parada durante os últimos três anos. -----
- Referiu que, durante esse período, não terá existido um desenvolvimento efetivo da obra, verificando-se igualmente dificuldades na articulação e na troca de informação entre o anterior Executivo e a Museus e Monumentos de Portugal relativamente ao equipamento. -----

- Salientou que uma das principais preocupações do atual Executivo foi garantir a entrada e intervenção no edifício, uma vez que o mesmo começava a apresentar sinais de degradação. Considerou que, caso não fosse acelerado o processo de conclusão da obra, existia o risco de o investimento já realizado pela Museus e Monumentos de Portugal ficar comprometido. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço**, que informou que o atual Executivo iniciou funções no dia 1 de novembro e que, logo nos primeiros dias, designadamente nos dias 7 ou 9 de novembro, estabeleceu contacto com a Museus e Monumentos de Portugal, com o objetivo de conhecer o ponto de situação do processo e perceber o que poderia ser feito para acelerar a conclusão da intervenção. -----

- Destacou, neste âmbito, a disponibilidade e a vontade manifestadas pela Museus e Monumentos de Portugal em colaborar na concretização da reabertura do Museu ao público. ----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador João Graça**, que começou por se congratular com a reabertura do Museu Dr. Joaquim Manso, prevista para o dia 8 de setembro, considerando tratar-se de um acontecimento de grande importância para o concelho da Nazaré. -----

- Referiu, contudo, que pretendia deixar algumas sugestões tendo em vista o futuro protocolo que venha a ser submetido à apreciação da Câmara Municipal, no sentido de que este seja mais completo e clarificador. -----

- Nesse âmbito, considerou importante que fique claramente definido qual será o papel da Nazaré Qualifica e qual a sua participação na parceria, devendo essa responsabilidade encontrar-se devidamente concretizada no futuro documento. -----

- Questionou igualmente qual será o centro de custos previsto para o funcionamento do equipamento e se está prevista a existência de um défice de exploração. Considerou importante avaliar se esse eventual défice poderá ser compensado, total ou parcialmente, através das receitas provenientes da venda de bilhetes, merchandising ou outras atividades desenvolvidas no espaço. -----



- Concluiu salientando que o futuro documento deverá, no seu entendimento, contemplar de forma clara o papel da Nazaré Qualifica e apresentar uma previsão orçamental relativa à exploração do Museu, incluindo as despesas e receitas previstas, contribuindo dessa forma para o aperfeiçoamento do protocolo definitivo. -----
 - Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço, que agradeceu as palavras do Senhor Vereador João Graça, salientando que ele também constitui parte integrante do processo, designadamente através da colaboração e resposta, sempre que os serviços ou o Executivo, necessitam da sua intervenção enquanto Vereador. -----
 - Relativamente ao financiamento, explicou que a questão se enquadra no âmbito mais geral da transferência de competências, considerando que, frequentemente, estas transferências não são acompanhadas pelo correspondente pacote financeiro necessário à sua execução. -----
 - No caso concreto do Museu Dr. Joaquim Manso, informou que o Município se baseou no estudo de custos resultante de uma negociação anterior, tendo procedido à atualização de alguns valores, o que permitiu alcançar o montante de 130.000,00 euros atualmente em negociação. -----
 - Acrescentou, que é intenção do Município desenvolver atividades de natureza cultural no espaço do Museu, as quais poderão contribuir para gerar receitas e, dessa forma, compensar parcialmente eventuais diferenças entre o financiamento atribuído pelo Ministério e os custos efetivos de funcionamento do equipamento. -----
 - Concluiu referindo que será desenvolvido todo o esforço no sentido de minimizar qualquer eventual diferença financeira entre o financiamento disponível e as despesas associadas à gestão e funcionamento do Museu. -----
- Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Gestão Provisória entre a Museus e Monumentos de Portugal, a Câmara Municipal da Nazaré e a Nazaré Qualifica. -----

561/2026 - DESPACHO PARA RATIFICAÇÃO N.º 102/2026 – MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ADTT – CONVÍVIO DE ENCERRAMENTO DA ÉPOCA DESPORTIVA DO NAZARÉ BHT (RATIFICAÇÃO)

Para ratificação é presente despacho do Sr. Presidente da Câmara n.º 102/2026, datado de 2026.08.19, que anexa minuta de protocolo de Colaboração entre o Município da Nazaré e a Associação Desportiva Tátasi Team, com vista à realização do Convívio de Encerramento da Época Desportiva do Nazaré BHT, a realizar no dia 22 de agosto de 2026, no Parque da Pedralva.

O presente assunto faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrito. -----

O Senhor Vereador Milton Estrelinha declarou impedimento, ausentou-se da reunião e não votou o ponto. -----

Deliberado por unanimidade ratificar o Despacho Nº. 102/2026. -----

562/2026- MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CLUBE MODELISMO DA REGIÃO DE LEIRIA - EXPOSIÇÃO DE MINIATURAS

Para apreciação e votação do Órgão Executivo, é informação n.º 378/GGPC/2026, datada de 2026.08.19, que anexa minuta de protocolo entre o Município da Nazaré a BCLIS – Bridge Club de Leiria, com vista à realização, da IV Exposição de Miniaturas da Nazaré, a decorrer entre os dias 5 a 13 de setembro de 2026. -----

O presente assunto faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

O Senhor Vereador Milton Estrelinha regressou à reunião. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Minuta de Protocolo de Colaboração Clube Modelismo da região de Leiria – Exposição de miniaturas. -----

563/2026 - CANCELAMENTO – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CMN, A DIVULGUNIVERSO E A NQ – EVENTO DE RODA DE SAMBA – 21, 22 E 23 DE AGOSTO DE 2026 – ESTÁDIO DO VIVEIRO “JORDAN SANTOS”



Para conhecimento do Órgão Executivo, é presente informação n.º 9383/GGPC/2026, datada de 2026.08.19, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Fátima Lourenço**, que informou que a empresa responsável decidiu cancelar o evento, alegando dificuldades de natureza logística. Acrescentou que, aquando do momento previsto para a realização do primeiro pagamento da tranche acordada, o mesmo não foi efetuado, pelo que, provavelmente, o evento acabaria por ser cancelado de qualquer forma. -----

- Lamentou o cancelamento, manifestando o seu desejo de que gostaria que o evento se tivesse realizado. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

564/2026 – RATIFICAÇÃO CONSOLIDAÇÃO MOBILIDADES

Para ratificação do Órgão executivo, é presente informação n.º 496/SRH/2026, datada de 2026.08.07, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado por unanimidade ratificar, a consolidação das mobilidades constantes da Informação.

565/2026 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA NAZARÉ – FINAL DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – PEDIDO DE ENVIO PARA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para apreciação e votação do Órgão executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal, para deliberação final é presente informação n.º 510/DAF/2026, datada de 2026.08.17, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita.

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Milton Estrelinha**, que, embora reconhecendo que já havia decorrido o período de consulta pública e os demais trâmites durante os quais poderia ter apresentado formalmente a sua posição, deixou o desafio ao Executivo, no sentido de que a

verba a atribuir no âmbito do Orçamento Participativo pudesse ser aumentada face aos valores atribuídos nos últimos anos. -----

- Considerou ainda desejável, que essa evolução se traduzisse numa progressão positiva e crescente do montante disponibilizado, referindo tratar-se apenas de uma sugestão que gostaria de deixar registada. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que agradeceu a intervenção do Senhor Vereador e referiu que a possibilidade de aumentar a verba destinada ao Orçamento Participativo já havia sido anteriormente objeto de reflexão interna por parte do Executivo. -----

- Salientou, contudo, que, para além do eventual aumento da verba disponível, considera igualmente importante reforçar a divulgação do Orçamento Participativo junto da população, uma vez que ainda existem munícipes que desconhecem a existência deste mecanismo de participação. -----

- Nesse sentido, referiu que, aquando da preparação do próximo Orçamento Participativo, deverá ser promovida uma divulgação mais ampla, através dos diversos meios de comunicação disponíveis, de forma a assegurar que a população conheça o mecanismo, compreenda o seu funcionamento e possa participar de forma mais ativa. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, o envio à Assembleia Municipal, para deliberação final, da Proposta de Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo da Nazaré. -----

566/2026 - PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL DA NAZARÉ- FINAL DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – PEDIDO DE ENVIO PARA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para apreciação e votação do Órgão executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal, para deliberação final, é presente informação n.º 511/DAF/2026, datada de 2026.08.17, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita.



Deliberado por unanimidade aprovar, o envio à Assembleia Municipal, para deliberação final, do Projeto de Regulamento de Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal da Nazaré. -----

567/2026 - PROPOSTA DE GEMINAÇÃO ENTRE A CIDADE DE HALF MOON BAY E O MUNICÍPIO DA NAZARÉ

Para apreciação e votação do Órgão executivo, e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação final, é presente informação n.º 435/GT/2026, datada de 2026.08.19, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita.

- **Usou da palavra o Senhor Presidente**, que, a título introdutório, referiu que o Município da Nazaré tem vindo a proceder a uma análise das diversas associações e geminações existentes com outras cidades, vilas e localidades, com o objetivo de avaliar o seu enquadramento e a forma como as mesmas têm sido desenvolvidas. -----

- Salientou que o Executivo considera que as geminações devem assumir uma dimensão mais abrangente e dinâmica do que aquela que tem sido verificada até ao momento, devendo promover uma participação mais ativa das diferentes áreas da comunidade, designadamente ao nível da comunidade escolar, da cultura e do desporto. -----

- Relativamente à proposta de geminação ou parceria com o Município de Half Moon Bay, nos Estados Unidos da América, explicou que esta surgiu na sequência do interesse manifestado por aquele Município em estreitar relações com a Nazaré. -----

- Referiu que Half Moon Bay apresenta uma particularidade que assume especial relevância neste contexto, uma vez que a praia de Mavericks, conhecida pelas suas ondas gigantes e pela prática de surf de ondas grandes, se encontra integrada naquele Município. Considerou existir, por esse motivo, uma forte afinidade com a Nazaré, nomeadamente no que respeita à valorização das ondas gigantes e à projeção internacional de ambos os territórios através do surf.

- Acrescentou que um dos aspetos que mais lhe suscitou interesse na proposta apresentada pelo Município de Half Moon Bay foi a existência de um projeto para a criação de uma praça naquele

território, concebida com o objetivo de representar e divulgar a Nazaré, incluindo elementos associados à cultura e identidade nazarenas, ficando o espaço disponível para usufruto da população local e dos visitantes. -----

- Salientou igualmente que Half Moon Bay possui uma importante atividade turística e uma significativa comunidade portuguesa residente na região, destacando que um dos principais impulsionadores desta aproximação entre os dois municípios é, inclusivamente, um cidadão de origem portuguesa ligado ao Município de Half Moon Bay. -----

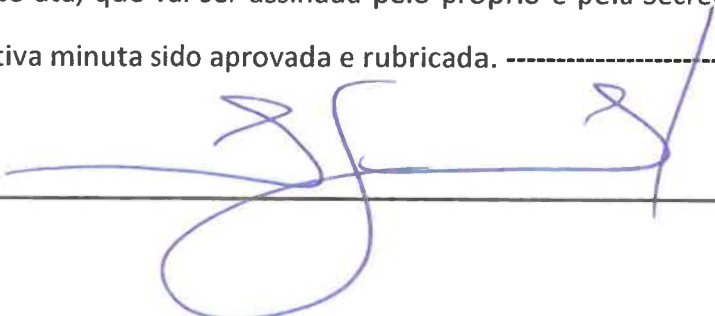
- Concluiu referindo que a presente proposta constitui o início de um trabalho que se pretende desenvolver ao longo dos próximos tempos, salientando que o Executivo pretende que este processo seja conduzido de forma cuidada e ponderada, sem precipitações, procurando assegurar uma maior participação e envolvimento das diferentes áreas da comunidade municipal. -----

- Reiterou, por fim, que se pretende conferir às relações de geminação uma dimensão mais efetiva e participada do que aquela que tem sido desenvolvida nos últimos anos, promovendo uma verdadeira cooperação entre os municípios envolvidos. -----

Deliberado por unanimidade aprovar, a Proposta de Geminação entre a cidade de HALF MOON BAY e o Município da Nazaré e remeter o envio à Assembleia Municipal, para deliberação final.

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião o Exmo. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, pelas doze horas e quarenta e três minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo próprio e pela Secretária, que a leu em voz alta, tendo a respetiva minuta sido aprovada e rubricada. -----





Paulo
